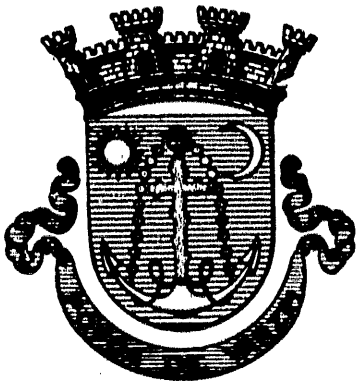
PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL



NÚMERO COMEMORATIVO DO I CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO DE ROCHA PEIXOTO

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Há muito que estudar e poucos são os que trabalham; mas embora fossem muitos, Portugal chega para todos.

ROCHA PEIXOTO

(1866 — 1909)

Rocha Peixoto na revitalização cultural do Porto

por LUÍS DE PINA

Não são invulgares ou raros os surtos de febre cultural em certos meios, a modo de periódicos, por vezes abruptos, mas sempre com o louvável sentido de um levantamento do nível do saber humano, preconizando-se pregações de vário género, orais ou escritas, em cursos e em livros, conferências, aulas, Universidades livres e quejandas espécies docentes.

Umas vezes, de puro anseio cultural, sem duplicidade de intenção; outras, como complemento do ensino oficial, que se consideraria imperfeito, incapaz ou insuficiente; outras, como meio agressivo às instituições estaduais ou privadas, como à Universidade, por parte de individualidades que dela foram dispensados ou às suas cátedras não lograram ascender; ou por parte dos inevitáveis e insistentes críticos de boa razão ou de alterada razão, sedentos de mais e melhor, melhor e mais que eles próprios não conseguiriam jamais dar a ninguém, embora sejam sonoros e sedutores seus programas e seus propósitos; ainda, entre mais, os que desejam de boa mente prestar serviços à instrução do próximo e os que pretendem rivalizar, compelidos por intuitos diversos, com as instituições docentes ou académicas de carácter oficial.

Sempre assim foi e sempre assim há-de ser.

O grande e genuino exemplo reformador o exemplificaram um D. João III, um Luís Vernei ou um Ribeiro Sanches.

Mas o século XIX, na sua segunda metade extraordinàriamente fogosa e sequiosa de cultura, deu-nos em Portugal singulares amostras de algo do que vai dito.

No campo da Medicina — perdoar-se-me-á que escolha campo onde estou mais informado — a obra de um Bombarda e a de seu jornal *A Medicina Contemporânea* aparecem-nos como paradigmas incomparáveis, em que se entrechocam e nos chocam, por vezes, conceitos, planos ou incentivos nem sempre curiais, batidos pelos

ventos da Política e da Filosofia, também nem sempre amenos, como nem sempre fecundos.

No campo científico, como no das Letras e das Artes. Todos o sabem e, nesse particular, é lúcida a bela síntese de Álvaro Ribeiro, *Os Positivistas. Subsídios para a história de filosofia em Portugal,* de 1951, para não aludir a outros estudos que nos dão o panorama da vida cultural deste país na quadra em que entra o movimento de recuperacão espiritual portuense animada por Rocha Peixoto e companheiros.

Não desejo sobrepassar as fronteiras do burgo da Virgem e, por isso, recordo, apenas entre mais, especialmente encostados aos muros das suas velhas escolas superiores — a Politécnica e a Escola Médico-Cirúrgica, as pretensões reformadoras da mentalidade portuguesa que se enxergam nos escritos de um Júlio de Matos ou na acção de uma *Aliança Académica,* que em 1879 teria como arauto extraordinário a figura de um moço estudante que a morte tirou deste globo tão cedo, o Félix Moura. Sem esquecer, fora deles, o grande Ramalho, o Bruno e tantos mais. As próprias teses ou dissertações de fim de curso dos alunos daquela Escola médica ressumam, mais ou menos exuberantemente, desejo de reforma do saber, do ensino, da sociedade, dos princípios políticos.

Assim é que na citada de Moura, sobre O *sistema nervoso e a inteligência* (1879) — que não chegou a defender por a morte o ter abruptamente levado deste mundo — o ilustre e erudito moço portuense versa os seguintes capítulos:

1) Ciência e Filosofia: Positivismo de Augusto Conte
2) Continuação do mesmo objecto: teoria evolucionista
3) História da Psicologia até Sall e seus continuadores
4) Estado actual do problema da Psicofisiologia
5) Fisiologia e Psicologia.

Como temos evidenciado, o estudo da época cultural literária, artística e científica do Porto no derradeiro quartel do século XIX carece de especial cuidado. Ele nos daria, se já feito, esclarecimentos e complementos a este nosso sumaríssimo comentário. Para outrem ficará o delicado, mas imprescindível encargo.

Darei neste lance um exemplo, apenas, relativamente à Escola Médico-cirúrgica do tempo de Rocha Peixoto, isto é, entre 1880 e 1909, ano do seu trespasse. Quase trinta anos em que, de seus alunos e mestres, houve figuras de excepcional valor. Dos primeiros, lições inaugurais, teses de concurso, escritos vários publicados argumentam o que assevero. E dos alunos, mesmo antes dessa época — de que apenas recordei um, quantas provas a arrolar,

em que se alteiam certas teses de fim de curso, como em outros lugares tenho evidenciado.

A História da Literatura aponta o brilho de alguns desses médicos, como Júlio Dinis, os que vieram a ser ilustres mestres na Escola de Letras de Lisboa, assim João Barreira e Leite de Vasconcelos, notando-se que, destes dois, o primeiro fez parte do grupo de Rocha Peixoto (1) e o segundo, ainda estudante, dera ao prelo diversas e valiosas obras sobre Filologia e Etnografia.

É que em 1886 — um ano antes de se fundar a *Sociedade Carlos Ribeiro* — defendia a sua tese de fim de curso este que foi um dos mais ilustres alunos da escola portuense de Medicina, a que dera o título *A evolução da linguagem. Ensaio antropológico* (2), José Leite de Vasconcelos.

E na vigência do seu curso (1880 a 1886) já o esperançosíssimo estudante compuzera várias obras de Etnografia, que menciona em página própria ao abrir do volume (Tipografia oriental, R. da Fábrica, 66, Porto):

Romances populares portuenses — 1881
Fragmentos de Mitologia popular portuguesa — 1881
Estudo etnográfico — 1881
Ditados tópicos de Portugal — 1882
Tradições populares de Portugal — 1882
Romanceiro português — 1886

E em *Glotologia* outros estudos do jovem Leite de Vasconcelos, sem dúvida interessantes para a Antropologia, a Etnologia e a Etnogragia, tais como:

O dialecto Mirandês (3) — 1882
Flores Mirandesas — 1884
Línguas raianas de Trás-os-Montes — 1886
Dialecto hispano-extremenho — 1884
Contribuições para o estudo da linguagem infantil — 1883/1886.

---

(1) Sem esquecer os mais tardios António Patrício ou Campos Monteiro, entre mais na Literatura; ou Queiroz Veloso e Reis Santos, estes também Professores naquela instituição escolar lisboense. Vd. Luís de Pina. *Letras e Medicina: uma secular escola portuense.* In «Temas culturais». 1961. Lisboa.

(2) L. de Pina. *Leite de Vasconcelos na História da Psicologia (a sua tese na Escola Médico-cirúrgica do Porto).* «Ocidente», n.º 244. Agosto, 1958. Lisboa.

(3) Premiado no Concurso filológico da «Soc. da Língua romana de França», 1883.

Dialectologia portuguesa:

1 — *Dialecto brasileiro* — 1883
2 — *Sub-dialecto alentejano* — 1883
3 — *Dialectos beirões* — 1884
4 — *Dialectos minhotos* — 1885
Dialectos interamnenses — 1885-1886
5 — *Dialectos extremenhos* — 1885
6 — *Dialectos algarvios*

Além disto, já este jovem médico pelo Porto apresentava na sua bagagem bibliográfica o *Cancioneiro português* (de col. com E. Pires), 1879; *Anuario das tradições populares portugueses, 1882; Portugal pré-histórico, 1885;* etc.

Como se deduz fàcilmente, ao moço Rocha Peixoto (contava 15 anos ao tempo dos primeiros estudos de Vasconcelos e 20

Rocha Peixoto na adolescência e na mocidade.
Clichés, respectivamente, da *Photographia União* (Porto) e da *Photographia Guedes* (Porto).

quando este defendeu a sua tese) não seria desconhecida a actividade desse outro jovem aprendiz de esculápio na cidade onde o grande poveiro teria de assinalar-se distintamente nos mesmos campos por onde aquele enveredara precocemente e outros calcurriavam já em diversos sentidos.

Assim Félix Moura, que citámos, escrevera já, promitente filósofo, a sua tese pòstumamente impressa, em que o Positivismo lhe deu pábulo a largas considerações filosóficas, psicológicas, antropológicas, de amplo sentido analítico e crítico (1).

E quanto às teses que defendiam os estudantes de Medicina no Porto, impressas e públicas, como não lembrar as de um Roberto Frias, sobre o *Crime* (1880), de António Farol, sobre *Sociologia* (1865), de Augusto Brandão sobre *O Maravilhoso em medicina* (1871), de Azevedo Maia sobre *Organicismo e vitalismo* (1874), de Gonçalves Pavão acerca da *Região cristã na cultura dos povos* (1876); sobre *Misticismo em Medicina*, de Evaristo Saraiva (1883); de Correia Vaz (1883) a respeito da *Educação e patologia da Sociedade;* de Rodrigues Lobo, *Carácter e indivíduo* (1884); *O livre arbítrio*, de Cerqueira Magro (1887); de Ricardo Souto, *Regeneração da Sociedade* (1890), etc. etc. e outros sobre temas psiquiátricos, psicológicos, etc., todos a revelarem argúcia mental e potente cabedal de cultura nesses autores que roçavam as idades dos 22-23 aos 25-26 anos e em cujas páginas não são despiciendas as inúmeras considerações que interessam ao campo de pesquisas em que laborava ou iria laborar Rocha Peixoto.

Não era, pois, tão sáfaro, nem tão estéril o meio portuense. É nesse mesmo meio portuense, de figuras e sucessos tão esquecidos, que no ano de 1887, Rocha Peixoto e outros moços de ânimo forte e esclarecido — um deles viria a formar-se naquela Escola de Medicina, João Barreira, para ser, depois, eminente crítico de arte e Professor da Faculdade de Letras de Lisboa —; é nesse ano que fundam no Porto a *Sociedade Carlos Ribeiro* (extinta 11 anos depois) (2).

Como explica Flávio Gonçalves:

«Processava-se verdadeiramente um movimento de intenção... e o pensamento e os estudos de Rocha Peixoto integram-se, com clareza, neste surto nacionalista de feição crítica e dinâmica, que

---

(1) Luís de Pina. *Três momentos vitais de Júlio de Matos.* «Imprensa médica», XXII. 1958, Lisboa.

(2) Na mais recente biografia de Rocha Peixoto, elaborada por Flávio Gonçalves, podem ler-se amplas informações sobre essa e outras tarefas do ilustre poveiro: *Rocha Peixoto. Nas vésperas do centenário do seu nascimento.* 1965, Póvoa de Varzim.

pretendia orientar a colectividade no caminho de um progresso inadiável» (1).

Voltaremos a este ponto, para agora vincar que outras logo fecundas intenções no mesmo campo emergiram do que considerava marasmo intelectual portuense.

Eça de Queirós, como veremos, puxou forte e açodadamente a corda do sino despertante. Entre a sua ideia e o seu intento belamente expressos em obras citadas nos estudos de Flávio Gonçalves e Miranda Andrade (2) — como o romance *Os Maias*, a que juntarei *A Ilustre Casa de Ramires*, a seu tempo — entre Eça e o plano de Rocha Peixoto e companheiros (Ricardo Severo, um dos mais fervorosos) há laços curiosos. Uns, já apontados por alguém; outros os unharemos agora aqui. Mas ponto é e justo sondar as marés culturais de outras águas sociais portuenses, antes das sortidas daqueles jovens, entre os quais havia forasteiros do burgo, tal o próprio Rocha Peixoto, poveiro de gema.

Uma delas foi, sem contestação, a *Sociedade de Instrução do Porto*. Folheie-se a sua *Revista* (o primeiro volume é de 1881) e ter-ser-á material seguro da sua história, que começa em 23 de Março naquele ano — contava Rocha Peixoto quinze anos — data em que é aprovado o Estatuto daquela Sociedade pela sua Assembleia Geral e em 19 de Maio pelo Governo Civil do Porto, com eleição do primeiro elenco directivo em 17 de Junho imediato.

Foi primeiro presidente desta nova Sociedade científica a figura proeminente do Professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto Dr. José Frutuoso Aires de Gouveia Osório, a quem já dediquei especial estudo em 1960 (3), consagrando-o como fundador dos estudos históricos médicos naquela Escola, de que viria a ser eminente cultor o inesquecível Professor Maximiano de Lemos. Em certo lugar da revista da Sociedade (1, pg. 37) aponta-se uma reunião, em 29 de Fevereiro de 1881, dos sócios fundadores, com a presidência daquele mestre, irmão do celebrado Bispo de Betsaida e Arcebispo de Calcedónia Aires de Gouveia, tão intensamente focado nas laudas de um Camilo e de um Ricardo Jorge (4); e aí se diz que foi lido o programa da colectividade «devido ao principal fundador, o Sr. Isaque Newton».

---

(1) Ob. cit., pág. 18.

(2) Miranda de Andrade. *Eça de Queirós e a Revista de Portugal*. «O Ocidenta». XLIV. 4. 1953, Lisboa.

(3) Luís de Pina. *O Professor Gouveia Osório na génese da escola histórico-médica portuense (um expressivo centenário. 1860-1960)*. «Amphiteatrum», III, 1960, Porto.

(4) Ricardo Jorge. *Camillo e Antonio Ayres. Seguido do poema «As Commendas»*. 1.º milhar. Lisboa.

Eram então componentes desse grupo Guilherme Rodrigues, Augusto Luso da Silva, Joaquim de Vasconcelos, Alfredo Tait, Vicente Urbino de Freitas, Agostinho da Silva Vieira e o citado Isaque Newton.

Urbino e Osório eram professores da Escola Médica. E viria a pelo sublinhar a interferência desta instituição de ensino na vida cultural do Porto, desde os primeiros tempos da sua vida, como expus em breve estudo de 1961, e na qual brilharam ilustres discípulos, de Leite de Vasconcelos a Basílio Teles, António Patrício e Júlio Dinis, Pedro Vitorino e João Barreira e tantos, tantos outros, até nossos dias (1).

Escreveu pois, com razão, Flávio Gonçalves (ob. cit.).

> «o meio culto portuense não cessava, naquele tempo, de reagir contra a apatia do país e de tentar acordar a consciência na nação» (2).

E prossegue:

«De 1887 (ano da fundação da «Sociedade Carlos Ribeiro») a 1898 (quando desapareceu a referida Sociedade) os intelectuais do Porto ofereceram obras e empreendimentos de relevo. A par do que a *Revista de Portugal* (1889-1892) e a *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes* (1889-1898) haviam difundido, Oliveira Martins publicava *Portugal nos Mares* (1889), *Portugal em África* (1891); *Os Filhos de D. João I* (1891) e *A Vida de Nun'Álvares* (1892); Junqueiro escrevera *Finis Patriae* (1890), *Os Simples* (1892) e a *Pátria* (1896); Sampaio Bruno distribuira o *Manifesto dos emigrados da revolução de 1891* (1891); António Nobre editara o *Só* (1891); Ramalho Ortigão lançara, em Lisboa, o grito de *O Culto da Arte em Portugal* (1896); Teixeira Bastos publicara *A Crise* (1896) e os *Interesses nacionais* (1897)».

Dissemos que não seria assim tão estagnada ou tranquila a vida literária e científica do Porto ao tempo do missionarismo de Rocha Peixoto. Os próprios estudantes haviam criado, em 1874, na Escola Médico-cirúrgica, a «Aliança Académica», de carácter filantrópico, mas que se devotava a conferências e palestras de vária ordem, como as que ali fez o malogrado Félix Moura (morto 5 anos depois) tinha 24 de idade, sobre *Liberdade;* sobre a *Circulação do sangue* e prioridade do português Amato Lusitano em certos aspectos da respectiva história; e, ainda sobre *Organicismo e vitalismo*.

---

(1) Ob. cit., *Letras e medicina*, etc.

(2) *Ob. cit.*, p. 18.

Desconheço outras actividades culturais desta Sociedade de 1874. Mas a revista portuense *Positivismo*, de 1879 e anos seguintes, inseria os mais variados estudos do âmbito daqueles a que mais tarde a falange de Peixoto haveria de prestar excepcionais atenções.

*

Voltemos a focar esse outro acontecimento que despontara no burgo portuense e que bem pode considerar-se notável e incontestável pioneiro daqueles propósitos do insigne poveiro e do próprio Eça de Queiroz: refiro-me à citada *Sociedade de Instrução do Porto*, cuja influência atingiu altos visos na vida cultural portuense e do país, tais e tantas foram as suas iniciativas.

Por isso nos merece, neste episódio da História da Cultura portuense, breves considerações evocativas que tanto ajudam a compreender o meio portuense.

Do elenco de estudos da *Sociedade de Instrução*, nascida sete anos antes da Sociedade Carlos Ribeiro, constam (aludo aos números de 3 anos, 1881 a 1883), entre mais: ortografia em Portugal, flora fanerogâmica do Porto, Ensino primário e aprendizagem de ofícios, herboizações e herbários, génese da Literatura Portuguesa, Portugal no estrangeiro, musgos de Portugal, reforma das Belas Artes, águas medicinais, preparações zoológicas, fetos lusitanos, águas do Rio Sousa, ensino técnico e instrução feminina, insectos de Portugal, História das Ciências em Portugal, indústrias caseiras, cerâmica portuguesa, azulejos nacionais, a espécie em zoologia, discussão sobre a cidade Cinânia, aves de Portugal, onamotologia portuguesa, etc., além de notícias críticas sobre o que se publicara no estrangeiro e no país. Escreviam-nas um *Conselho Científico* da Sociedade, assinando-as D. Carolina Michaëlis, Moreira de Sá, Joaquim de Vasconcelos, Ferreira da Silva e outros.

Como se deduz, não faltavam temas de História Natural e de carácter social a que viria a dedicar-se a revista da *Sociedade Carlos Ribeiro*.

E dos nomes de colaboradores, não eram mínimos os de Joaquim de Vasconcelos, Teófilo Braga, Gomes da Silva, Maximiano Lemos, Leite de Vasconcelos, Azevedo Albuquerque, Paulino de Oliveira, William Tait, Jacob von Hafe, Júlio Moreira, Ferreira da Silva e outros mais.

Creio que é curioso e expressivo relembrar o que se pretendia com a nova Sociedade cultural portuense, ponto que não vemos recordado entre os biógrafos recentes de Rocha Peixoto. Basta transcrever as seguintes passagens do prólogo do primeiro número

da sua revista, que advogaria os interesses da Instrução nacional, «encaminhando e animando o movimento da elaboração que indiscntìvelmente se presenciava».

Em volta da bandeira da revista — a Educação nacional — era especial escopo da Sociedade:

> «promover imediatamente a instrução dos sócios nos diferentes ramos das ciências em geral, e determinadamente aperfeiçoou e desenvolver os métodos pedagógicos».

Se este era, expresso, o lema da instrução, não deixou a Sociedade de desejar cooperação com os

> *«pedagogos inteligentes e dedicados... para reconstituir as tradições históricas, que determinaram as mais valiosas feições do carácter da nacionalidade portuguesa»...*

Prossegue o prólogo:

> «Cumpre-nos também, aproveitando as lições e os exemplos do passado, e vulgarisando os grandes factos da natureza e os princípios da filosofia; promover a *difusão de todos os conhecimentos para elevar o nível intelectual ao par da dos povos mais bem dotados*».

Com isso pretende a Sociedade, pela sua revista, «*satisfazer a uma das mais instantes necessidades de Portugal*».

Assinam a apresentação, nos termos que em parte sublinhámos, o Prof. José Gouveia Osório, Presidente, Joaquim de Vasconcelos, secretário geral e Tito de Noronha, Vice-secretário geral.

A Sociedade e a sua revista demonstravam interesses particulares pelas Ciências Naturais e Sociais, como o quisera depois a de *Carlos Ribeiro:* depois a sua revista com aquele nome; depois ainda a *Portugalia:* vontade expressa de melhorar o cabedal mental do povo português, ilustrá-lo, elevá-lo, dignificá-lo, sentir e fazer sentir a nacionalidade e sua portuguesia.

Parece-nos ainda bastante explícito e impressionante o que o seu P esidente Gouveia Osório, proclamava em sessão de abertura do ano cultural, em 1881:

> «Foi o snr. Isaac Newton, um notável e indefeso naturalista, quem concebeu e realizou a ideia de fundar uma Sociedade para promover e auxiliar o estudo das ciências naturais, e especialmente da Zoologia e da Botânica, as quais têm nesta cidade muito solícitos cultores entre nacionais e estranhos.

O Prof. Dr. José Frutuoso Aires de Gouveia Osório.

(de um grupo de Professores da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, de 1885).

Museu de História da Medicina — Porto

Com os seus esforços e a coadjuvação da Direcção do Palácio de Cristal, reuniram-se aqui na Sala de Belas Artes, e no dia 29 de Fevereiro de 1880, muitos cavalheiros animados com o mesmo louvável propósito, os quais todos formaram uma sessão preparatória, ordenando-me que tomasse a presidência, e dando-me para companheiros na mesa, e como secretários, dois dos mais distintos e ilustrados de entre eles, os snrs. Joaquim de Azevedo Albuquerque, e dr. António Joaquim Ferreira da Silva. Esta reunião representava já então oitenta adesões, que tantos eram os nomes que subscreveram aquele bom pensamento.

Principiou logo a revelar-se o fervor de cada um, e a aspiração de todos nas interessantíssimas palestras, em que se assentou qual devia ser o objecto da Sociedade.

Achavam pouco sòmente o estudo das ciências naturais; — queriam uns também a filosofia, pleiteavam outros pelas ciências económicas, estes pediam logar para as matemáticas e para a astronomia, aqueles exaltavam a pedagogia, a literatura e todos os conhecimentos noológicos; — e tantos foram os assuntos propostos, que foi preciso alargar o quadro até abranger todos os conhecimentos humanos, para dar assim campo vastíssimo que cada um pudesse explorar a seu gosto. e em proveito da instrução geral.

Promover esta com o fim de derramar uma sólida educação liberal por todo o país, foi felizmente a ideia que preponderou no espírito de todos, e que por isso se acentuou depois mui claramente nos estatutos, cujo projecto foi elaborado por uma comissão, composta dos snrs. Guilherme Teodoro Rodrigues (infelizmente falecido) Augusto Luso, Joaquim de Vasconcelos, Joaquim de Azevedo Albuquerque, Alfredo Tait, Isaac Newton, Agostinho da Silva Vieira, Joaquim Duarte Moreira de Sousa, António M. L. Vieira de Castro e Vicente Urbino de Freitas.

Depois de várias sessões desta comissão a 3, 6, 11 e 18 de Março, foram os estatutos discutidos e aprovados nas reuniões gerais de 20 e 23 do mesmo mês, e depois apresentados ao magistrado superior do distrito, como prescreve a lei». (págs. 211-214).

A obra da *Sociedade de Instrução do Porto*, não deveria ter sido alheia, nos seus propósitos e trabalhos, à curiosidade científica de Rocha Peixoto, nem o foi aos próprios responsáveis da politica nacional que em 1883 redigem uma proposta de lei para o Estado conceder à agremiação terreno para edificar a sede respectiva, a nascente do quartel de infantaria 10. Era o dia 4 de Abril e assinam o projecto Bernardino Machado, F. Patrício, Joaquim António Gonçalves, Licínio Pinto Leite, Gonçalves Crespo, Diogo de Macedo e Vencelau Lima.

Pois o texto deste projecto assim dizia, em louvor à obra da *Sociedade de Instrução do Porto* (1):

«Bastariam os intuitos desta instituição sós de per si para nos alentarem esperanças de restabelecimento intelectual e social, porque eles demonstram que não é irremediável o nosso mal estar. É, pois, certo que nem por toda a parte andam obliteradas as faculdades de compreender e de sentir a fraqueza do organismo nacional, e que nem todos já perdemos a hombridade para combater as suas causas para lhes contrapor a energia das nobres dedicações. É felizmente certo. Quem atentar bem no país verá que nós não estamos para aqui, ùnicamente a descansar das labutações comerciais no Brasil, gozando este belo clima e desentorpecendo-nos em veleidades eleitorais e nobiliárquicas; sente-se de todos os lados um estremecimento de vida, temos ímpetos de também cá trabalharmos na nossa terra, de trabalharmos pela sua grandeza moral.

Que diremos então do que no estreito decurso de três anos cometeu e realizou a Sociedade de Instrução do Porto!

Não é tempo ainda de medir o completo alcance da sua acção; essa acção tem-se difundido pelas camadas sociais tão largamente e tão profundamente que só o futuro patenteará toda a importância dos seus serviços; mas o poder asseverar-se desde já é que há muito que entre nós não apareceu exemplo de mais ardente e indomável patriotismo.

Esta sociedade tem agitado na sua revista mensal, nas discussões do seu conselho científico, em congressos, em conferências, em manifestos, várias das mais interessantes questões da actualidade, e em especial as questões de interesse português; dos seus consórcios alguns têm coligido novos materiais para o progresso dos estudos — ainda agora um deles e distintíssimo, o médico Gomes da Silva, anda herborisando em Macau; mas o que mais que tudo revela na obra da sua pujante actividade são os actos do seu amor á causa popular».

Este introito laudativo remata com dizer:

> «É para a Sociedade, cujo prodigioso desenvolvimento mal esboçámos, em cujo futuro estão já expressamente interessados o Município e o distrito do Porto, é para a Sociedade que El-Rei e o governo já reconheceram de poderosa iniciativa para a prosperidade da nação...» (248).

(1) Também um dia, mais tarde, a obra da *Portugalia*, a cuja Redacção pertencia Rocha Peixoto, viria a receber do Governo pública expressão de muito carinho e admiração (Flávio Gonçalves, *ob. cit.* 21, nota 22).

Na verdade, algumas das suas iniciativas são de notável interesse para a vida cultural anterior à empresa de Peixoto, por focarem idênticos meridianos: — a Sociedade desenvolve o estudo das Ciências Naturais e outros temas a estas referentes, bem como de Pedagogia e de artezanato: rendilheiras de Vila do Conde, Viana e Peniche e oleiros do Porto e arredores; ourivesaria, etc.; prepara colecções para Museu, que desejava organizar; sugere o monumento ao Infante D. Henrique; promove a recepção aos componentes do célebre Congresso de Antropologia de 1880, em que participava Virchow; intenta a criação de uma Escola de Artes e ofícios (1); etc., etc.

Isto de par com aquela feição especial da Sociedade qual era a de promover o aperfeiçoamento e desenvolvimento da Instrução no país, o que lhe confere incontestável direito a participar nos fastos da História da Pedagogia em Portugal.

Dispuzera-se aquela *Sociedade de Instrução do Porto* a laborar campos incultos na «Sociedade actual» que, dizia o seu Presidente: «está num período de crise, a qual se manifesta na inconsistência dos princípios da geração presente, e procede da luta travada entre os que querem restaurar o passado pela doutrina autoritária, e os que pretendem regular o futuro pela mais desenfreada liberdade.

Neste estado de evolução social é necessário ter a máxima prudência, e empenhar todos os cuidados em fortalecer o corpo e o espírito, porque no desenlace dessa luta os povos, que tiveram a mais sólida educação, serão sem dúvida os mais felizes».

E prosseguia:

«A nossa Sociedade, pois, vem satisfazer uma grande necessidade pública, e há-de forçosamente prosperar, se quizermos man-

(1) Em outra página do vol. 3.º diz-se que entre nós se quiz remediar esta falta com a fundação dos Institutos Industriais de Lisboa e Porto, mas é preciso confessar-se, reparavam que bem precários resultados se tem atingido, porque ao ensino falta o carácter puramente prático. Apelando para a colaboração da mulher portuguesa, a comissão da Sociedade para o propósito citado da fundação de uma Escola de Artes e Ofícios dirige-lhes uma expressiva circular (vd. pág. 99 e seg., desse vol.), assinado por Dr. E. Brandt, Macedo Júnior, Wilson Rawes, Dr. Pedro Augusto Ferreira, Augusto Luso da Silva, João Camilo de Castro Júnior, Bento de Sousa, Carqueja Júnior e Eduardo Sequeira.

Data esta circular de 1 de Dezembro de 1881.

ter-nos firmes, e à altura das lições que nos deram os portugueses dos tempos de D. João I e de seus beneméritos filhos.

Criar indivíduos que se governem bem, e obrem acções úteis a si e ao Estado é o fim da educação. Para conseguir este resultado é indispensável não poupar nenhum dos meios que a experiência reconhece eficazes. É preciso dar ao indivíduo recursos novos de observação e de raciocínio, por meio dos quais possa apreciar os factos que vê, achar a sua razão e calcular o alcance. É este o caminho da ciência; e sòmente ela pode tornar o trabalho da educação precioso e fecundo para as descobertas, que constituem o progresso.

Dirigir a cultura das gerações novas em sentido diferente é ir ao avesso dos sucessos, e provocar divergências, que a ignorância ou o fanatismo pode animar, mas com gravíssimo prejuízo da causa santa da humanidade.

Foi com sobejas razões que se escreveu no artigo 4.º dos nossos Estatutos «que o fim determinado é aperfeiçoar e desenvolver os métodos pedagógicos como meio de contribuir para o aperfeiçoamento das ciências, e para as suas aplicações ao bem-estar da humanidade» (pág. 217).

Mais se dizia no documento citado:

«Digna igualmente de muito especial registo — e tinha a Sociedade em mira poder, assim, organizar um museu — foi a exposição de História Natural, solenemente inaugurada, no dia do aniversário da Rainha, 16 de Outubro, com uma sessão na Sala do Teatro Gil Vicente, em que, depois das palavras de apresentação do Dr. José Frutuoso, o nosso químico Dr. A. J. Ferreira da Silva, presidente da secção de Ciências fisiológico-naturais, exalçou, no discurso de abertura, «a memória daqueles beneméritos da pátria que, à custa de privações e trabalhos, conseguiram fazer alguma coisa para o conhecimento da nossa fauna e flora, e das riquezas do nosso solo.

Na sala dos bilhares do Palácio de Cristal (1), posta à disposição da Sociedade, exibiram-se numerosíssimos exemplares da fauna e flora portuguesa e espécimes da sua indústria extractiva — bem como obras e memórias de autores portugueses ou de naturalistas estrangeiros sobre a história natural do nosso país —, especialmente cedidos por variados coleccionadores, empresas mineralógicas, museus nacionais, etc.

Na exposição, a primeira do género em Portugal, viam-se notáveis colecções cedidas por diferentes sócios: de répteis, nacionais e estrangeiros, de Augusto Luso, vice-presidente da secção de

(1) Este edifício fora erguido, mercê da iniciativa do citado Prof. Gouveia Osório e mais portuenses (1861), como outro mestre da Escola Médica, Ferreira Braga. Numa das suas salas se instalou a «Sociedade de Instrução».

Ciências fisiológico-naturais da Sociedade; de criptogâmicas do Porto, de Isaac Newton; de fanerogâmicas dos arredores da cidade, de E. Johnston; de aves do Porto, de Guilherme Tait; de colibris e insectos, de José Teixeira da Silva Braga; de conquiologia portuguesa, de Eduardo Allen; de minerais e conchas, de Manuel José Felgueiras, etc.».

Eis outro passo da História desta prestante agremiação:

«A Sociedade de Instrução do Porto, por ocasião do centenário do Marquês de Pombal (5 de Maio de 1882), associando-se às festas da comissão académica, publicou estudos especiais, históricos, sobre a época pombalina; e em homenagem ao Infante D. Henrique, que soube inspirar «a empresa gloriosa do domínio dos mares», propôs a criação de um monumento e, conjuntamente, de instituições duradouras de utilidade nacional que perpetuassem a sua memória (4 de Março de 1882), e, ao abrir a subscrição para tal efeito, teve a satisfação de logo receber dos consócios estrangeiros, Tait e Murat, a oferta do mármore nacional necessário para o monumento e do Governo o bronze (Carta de lei de 26 de Julho).

Tão meritória actividade chamou a atenção do Município e da Junta Geral do Distrito, do Rei e do Governo que reconheceram da Sociedade «de poderosa iniciativa para a prosperidade da nação».

Mas não tardaram a surgir graves dificuldades. Das sucessivas exposições, entraram na posse da Sociedade numerosas e importantes colecções científicas, artísticas e pedagógicas (do Jardim da Infância), que dariam, uma vez convenientemente dispostas, um belo museu. Porém, por falta de local e espaço, tudo andava disperso: parte depositada no Palácio dos Carrancas, por concessão de D. Luís, outra parte em casas particulares, por favor de vários sócios. E já em Janeiro de 1883 a Sociedade se via impossibilitada de prosseguir com as conferências, por ser pequena a sala de que dispunha no Palácio de Cristal» (1).

Da sua actividade e características respectivas leia-se na revista que a Sociedade publicou:

«EXTRATO DO NOSSO ARQUIVO
(Continuação, v. pág. 109)

Tiveram lugar as reuniões 10.ª, 11.ª, e 12.ª do Conselho Cientifico.

Na décima reunião foi lido um ofício, assinado por vários membros da Secção b), Ciências fisiológicas (naturais), manifes-

(1) Hernâni Monteiro — *A Escola Médico-Cirúrgica do Porto*. Porto, 1937, pág. 148.

Rocha Peixoto por 1903.
Cliché da *Photographia Guedes* (Porto)

tando o desejo de instalar a secção competente para a organização dos seus trabalhos especiais. O Conselho recebeu este ofício com a maior satisfação. A secção foi instalada no dia 26, sendo eleitos: Presidente o snr. dr. Ferreira da Silva; vice-presidente Augusto Luso; 1.º secretário G. Sellers; 2.º secretário Eduardo Sequeira. Decidiu-se nomear uma comissão encarregada de superintender na construção de vitrines e instalação do herbário, ficando essa comissão composta dos snrs. Alfredo Tait, Isaac Newton e Guilherme Tait.

A assembleia recebeu, com o máximo agrado, um valioso herbário, oferta do ilustrado director do jardim botânico de Coimbra, o snr. dr. Júlio Henriques.

Resolveu-se mais que as reuniões ordinárias da secção de ciências fisiológicas tivessem lugar no dia 8 de cada mês, ou no seguinte, se aquele for santificado».

Relativamente à sua acção internacional e ao movimento cultural que despertara na cidade, leia-se mais este enxerto:

«Em fins de Setembro, no meio das férias, teve a Sociedade ocasião de afirmar mais uma vez o profundo e sincero interesse que liga o todos os factos que se relacionam com o movimento intelectual do país. A recepção feita aos membros do Congresso de Antropologia e de Arqueologia pre-histórica, recepção que foi devida à sua iniciativa, e cujos encargos ela sustentou só, em honra à segunda cidade do reino — foi a festa de carácter internacional mais brilhante que a cidade do Porto tem presenciado desde 1865. Os primeiros nomes da ciência da antropologia ficaram inscritos no livro de ouro da Sociedade, na memorável noite de 1 de Outubro de 1880.

Finalmente, a 28 de Outubro abria a Sociedade as suas conferências ordinárias com o auxílio de um dos homens de letras mais notáveis da geração moderna, o Sr. Teófilo Braga, que falou, com o maior aplauso, durante quase duas horas sobre o tema: *Formação da literatura portuguesa*» (pág. 39).

Enfim, tocamos agora um ponto que merece saliência, não só pelo que exprime, como também porque Rocha Peixoto e companheiros haveriam de abordá-lo de modo muito particular, como se dirá.

Transcreve-se uma página dos propósitos da revista da Sociedade de Instrução, relativo a 1881, onde se repara justamente na insuficiência dos meios de estudo e trabalho da Academia Politécnica:

«Urge fazer sair o ensino da senda acanhada e estreita dos livros, e estudar a natureza em si mesma. Só assim poderá o país chegar a possuir um número suficiente de devotados naturalistas

que concorram para o enriquecimento dos nossos museus e para a rehabilitação científica da nossa pátria.

Por outra parte, há razão para nos lamentarmos de não se ter atendido ás necessidades de uma cidade tão importante como o Porto. O único estabelecimento que poderia concorrer para a difusão das ciências histórico-naturais nas províncias do norte é uma afronta a esta cidade gloriosa, que tem direito a ser atendida nas suas justas reclamações, porque foi aqui, dentro de seus muros, que se alcançou palmo a palmo a liberdade, condição de todos os progressos úteis. Com a péssima organização que hoje tem a Academia Politécnica, com os acanhadíssimos recursos que lhe têm sido concedidos, não acabado ainda o edifício onde devem funcionar as suas aulas, sem terem ainda sido resolvidas questões que prendem com o desenvolvimento rápido das obras do mesmo edifício — a Academia, dizemo-lo com mágua, é uma prova de quase nenhuma importância que os nossos governos têm dado aos interesses mais vitais desta cidade, é um documento patente do nosso atraso científico, é, numa palavra, uma verdadeira vergonha.

É preciso que se conheça o mal, embora seja doloroso confessá-lo, para que se acuda a tempo com pronto remédio.

Neste estabelecimento não há um museu (1) nem o pode haver no estado actual, porque não há pessoal para a conservação e preparação dos exemplares, nem há obras para a classificação, nem há meios para fazer alguma coisa útil. É preciso que todos saibam que para todas as despesas da Academia, incluindo as de expediente, compra de livros para a Biblioteca, e dotações do Gabinete de Física e Laboratório de Química, do Museu de história natural e do Jardim botânico, o governo despende com este inteiramente desfavorecido estabelecimento a magra quantia de 1,730$000 réis; e isto não há muito, porque durante bastante tempo se lhe concedeu sòmente 400$000 réis» (2).

Veremos como Rocha Peixoto viria a sublinhar algumas destas mesmas insuficiências e desmaselos, que registou em trabalhos vários.

Para rematar este capítulo da História de tão curiosa e benerente agremiação leia-se ainda o que escreveu Hernani Monteiro (3):

---

(1) Diz o autor: «Os poucos exemplares de história natural que a Academia possui estão perdidos para o ensino, porque não estão classificados, nem têm indicação alguma de procedência» (em nota da página 353).

(2) Vol. I. 1881, 353. Do artigo *Exposição de História Natural*, de 16 de Outubro 1881, pelo Dr. A. J. Ferreira da Silva.

(3) Hernâni Monteiro. *Escola Médico-Cirúrgica do Porto*. Porto, 1937. Pág. 150.

«José Augusto Vieira, no Minho Pitoresco» (tomo II, Lisboa, 1887), refere-se com o maior elogio às belas iniciativas da «Sociedade de Instrução», ... «a quem o Porto e o país devem uma boa parte da sua renascença artística, por tantos julgada impossível, em face do longo sono fradesco a que nos tínhamos habituado. O Palácio então, que ela escolheu como sede, deve-lhe imenso; é desde que a sua iniciativa ali surgiu, que ele se vê concorrido tanto como lugar sagrado, onde as artes e as indústrias recebem a protecção cariciosa da multidão, como casa de espectáculos, onde toda a gente se diverte».

O mesmo autor alude, ainda, ao *Museu industrial e comercial*, instalado, ao tempo, no edifício do antigo circo, separado dos jardins do Palácio «por uma rua intermedia que se abriu, mas ligada ainda a eles por uma ponte de madeira, que transpõe a nova rua». E mandava o *touriste* visitar o Museu para conhecer «uma das mais belas feições do Porto» e para «prestar a homenagem do seu respeito e do seu aplauso ao patriotismo da «Sociedade de Instrução», a cuja iniciativa se deve este padrão glorioso».

Muitos anos antes, em 13 de Dezembro de 1833, instituira-se no Porto a *Sociedade Litteraria Portuense*, pioneira da que estou a relembrar e recebera a designação primária de *Sociedade de Sciências médicas e de Litteratura*, cujas sessões se realizavam na sala da Academia de Marinha e Comércio, depois Academia Politécnica, que lha emprestara por algum tempo. O seu jornal privativo durou pouco — um ano — e inseriu artigos de diversa índole. A esta Sociedade se deve a criação dum *Instituto vacínico* e de um gabinete de leitura.

Em 1837 ainda os seus directores reclamavam a sala das sessões na Academia, que jàmais lhes fôra devolvida. E assim morreu a prestante agremiação, que merece aqui e agora esta comovente lembrança.

Tenho presente um folheto — exemplo de várias memórias que publicou — chamado *Epidemia catarrosa*, com estudo lido na sessão de 10 de Março de 1837 e da autoria de Agostinho Albano da Silveira Pinto um dos seus directores em 1837, como também o era José Pereira Reis, este lente daquela Escola médica do Porto, aquele de Francês e de Agricultura na Academia de Marinha e natural do Porto, que um dia veio a dirigir (em 1826 fora nomeado Director da referida Escola). O Dr. Pereira Reis foi distinto farmacólogo e ao seu benemerentíssimo cuidado se deve a criação, no Porto, do *Asilo da Primeira Infância Desvalida* e do *Recolhimento das Meninas Desamparadas*.

*

Vale a pena, entretanto, esmiuçar as interferências e aproximações dos intentos queirozianos e dos do grupo de Rocha Peixoto, o que já Flávio Gonçalves abordou com criteriosa brevidade.

Antecedentemente, Miranda de Andrade, no seu valioso estudo *Eça de Queiroz e a Revista de Portugal*, demonstrara o febril interesse do romancista pela publicação de revistas, umas realizadas, como *O Almanaque Enciclopédico* e a *Revista de Portugal*, outras imaginadas apenas, como o *Serão*.

Da precariedade destas suas obras, sempre fugazes, o próprio Eça se queixa, dizendo que a «infeliz publicação» (a *Revista*) tem uma estranha sorte :

> «Por um lado, cada vez mais se solidifica — por outro, cada vez mais se demancha» (1).

Luís de Magalhães, quando a dirigia em Portugal (Eça estava em Paris) escrevia que ela era a

> «única manifestação visível da vida intelectual da Nação».

Agravara-se a crise da obra. O mesmo Magalhães diria que

> «o culto da pura Literatura tende talvez a extinguir-se pela invasão crescente dos cuidados materiais» (2).

É nessa altura que Rocha Peixoto entra, por mão de Magalhães, na Redacção da revista do Eça, de que ambos eram directores. Durou pouco a tarefa (1891-1892). A tentativa de ressurreição, em 1894, falhou totalmente.

No 1.º volume, ao abri-lo, Eça escrevia na sua *Revista de Portugal* (3):

«Fundada com elevados intuitos, entre outros, de criar um orgão especial e profissional de crítica; de erguer entre as discussões tumultuárias da Política um lugar mais alto e sereno que no meio das páginas e dos interesse fosse como o refúgio da superior

(1) Miranda de Andrade. *Ob. cit.*

(2) Trecho reproduzido por Miranda de Andrade no estudo *Eça de Queiroz e a «Revista de Portugal»*, cit., que saiu em volume, Lisboa, 1953. Ed. da revista *Ocidente*.

(3) Miranda de Andrade. *Ob. cit.*

razão; de formar um resumo do movimento intelectual de Portugal que tornasse praticável à Crítica estrangeira a apreciação das nossas obras e dos nossos homens; de fundar um registo permanente da nova actividade em todos os ramos que nos permitisse ter, a mais exacta e visìvelmente que se pudesse, a consciência de nós mesmos — a «Revista de Portugal», logo desde os seus primeiros passos, ainda vivos de esperança, encontrou por um lado dificuldades insuperáveis em preencher estes fins, e não encontrou por outro uma simpatia bastante pronta e quente para mostrar que fosse esta, precisamente, a publicação apetecida e esperada pelas curiosidades intelectuais do Público».

Mais adiante: «não existia ainda um grupo de escritores que, exclusivamente empregados no exercício das Letras, livres de todas as influências de Partido ou Escola e disciplinados por hábitos estrictamente regulares de trabalho, pudessem assegurar a uma Revista uma coloboração abundante, diligente, variada, oportuna. pontual e eficaz.

E por outro lado, muito penoso lhes foi reconhecer que o Público, por motivos múltiplos de raça, de educação, de costumes e de ocupações, deseja encher aquelas horas livres em que folheia um livro ou uma Revista, não no severo esforço de adquirir uma instrução sistemática, mas no mero consolo de receber uma distração inteligente» (pág. 49).

De 1889 a 1892, na Direcção da revista, Eça era cônsul português em Paris.

Ao falarmos do ilustre romancista, é-nos grato lembrar que em 25 de Março de 1866 — precisamente há cem anos, escrevia ele artigo público, um folhetim, na «Gazeta de Portugal», seu primeiro enleio literário,

É pois, este ano, o centenário desta estreia de Eça de Queiroz. Enlaçarem-se estes episódios e acontecimentos, dele e dos portuenses de 1888 a 1892, é também, sem dúvida, um preito de homenagem à sua memória, à memória de todos eles.

Voltando à *Revista de Portugal*, de Eça, em que labutou activamente Rocha Peixoto, lembro que Miranda escreveu (1):

«O velho sonho de Eça levou-o a dizer que a «Revista penetraria em todas as chancelarias da Europa e nos gabinetes de todos os homens importantes, desde Bismarck até ao Papa!» (2). Descontando o que há de gracioso exagero na afirmação,

(1) Miranda de Andrade, *Ob. cit.*

(2) Esta alusão de Eça, como expressão dos seus exageros comparativos ou das suas absurdidades humorísticas, assemelha-se ao que conta na *Ilustre Casa de Ramires*, quando se recompõe do estômago com certos sais do tempo e recomenda

não é possível, porém, esquecer-se o alto e patriótico papel que a «*Revista de Portugal*», —de larga expansão, mandada aos principais jornais e revistas dos países europeus, levando com seu nome o nome da Pátria, desempenhou no mundo ilustrado de então.

Ela foi, na realidade, a mensageira da Cultura nacional; a viva manifestação do poder criador de uma geração de forte intelectualidade; a afirmação brilhante de princípios que caracterizaram uma escola e uma época; o elegante padrão português da Literatura, da Arte e do Cientismo das últimas décadas do século de Oitocentos; a única experiência no género, séria e importante, graças à qual pôde o País, num período de profundo abatimento político e económico, apresentar-se condignamente entre as nações cultas da Europa culta; uma obra, enfim, nacional e que deu, como Eça de Queiroz o visionava na sua carta a Camilo, honra e elevação às letras portuguesas». (pág. 67).

Eça o dissera no romance *A ilustre Casa de Ramires* (ed. 1936), ao esclarecer (pág. 14) que o imaginário Castanheiro queria fundar a falada revista *Anais*

> «para berrar! Para atroar Portugal, aos bramidos sobre os trabalhos, com a notícia inesperada da sua grandeza!» (1).

*

Há curiosas aproximações de desejos e de propósitos entre os que pretendiam a renovação e ampliação da mentalidade portuguesa. O grande romancista publicou em 1889 o primeiro número da sua *Revista de Portugal*, no mesmo ano em que a *Sociedade Carlos Ribeiro* tirava do prelo a sua.

Em 1892 desaparecia aquela criação queiroziana, embora já suspensa em 1890 e renascida fugazmente em 1891.

Não seria alheio ao facto a precariedade da colaboração nacional «sempre escassa, sempre irregular, sempre retardada» (2).

Eça, como recordou já, entre outros, Miranda de Andrade, bradava em páginas de suas obras a necessidade daquele vascolejo intelectual da Nação. Ele o conta, bastando repetir estes passos

---

ao servo Bento que também os tome: «Toma tu também, Bento. E dize à Rosa que tome. Todos tomam agora, até o Papa». (pág. 28. Ed. 1936, Lelo).

Esse humorismo ressalta quando fala, na mesma obra, da revista do Castanheiro que deveria divulgar e fazer conhecer Portugal aos Portugueses, «de modo que todos o conheçam—ao menos como se conhece o Xarope peitoral de James... e todos o adoptem—ao menos como se adoptou o sabão do Congo...» (pág. 14).

(1) Eça de Queirós — *A ilustre Casa de Ramires*. Ed. Lelo, 1936.

(2) Miranda de Andrade. *Ob. cit.*

dos *Maias* (1888), a que advertidamente se refere aquele crítico no ponto em que Carlos e amigos, como Eça, concebem a fundação de uma revista, para o efeito:

> «que dirigiria a literatura, educasse o gosto, elevasse a política, fizesse a civilização, remoçasse o carunchoso Portugal».

Com mais esta pretensão:

> «aparelho de educação superior, que vamos montar com uma força de mil cavalos».

E seguem projectos de instalação, a oficina redactorial, assinalada por dístico com letras de oiro em fundo de verniz preto. Na verdade, um ano depois da publicação dos *Maias* e, portanto, destas palavras de uma das suas personagens a clamar por uma revista pública de tal género, Eça, como se lembrou, deu-a a lume no ano imediato, 1889.

Mas Rocha Peixoto e outros estudantes da Politécnica do Porto também tirariam dos prelos a sua *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, naquele mesmo ano de 1889.

A qual dos promotores, romancista e académicos, se deve a ideia, fica patente neste episódio: Eça regista-a nos *Maias*, embora a *Sociedade Carlos Ribeiro*, editora da revista citada, tivesse aparecido em 1888, o mesmo ano da edição dos *Maias*.

Mas é curioso que no romance *A ilustre Casa de Ramires*, publicado em 1900, treze anos após a fundação da *Sociedade Carlos Ribeiro* e onze da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, lança ainda Eça o mesmo angustioso apelo, sob a forma literária que lhe é tão própria, que se enrodilha em certa ambiguidade da ironia e do proverbial exagero de conceitos.

Quem se não recorda — e se o evocamos é porque não temos visto o excerto devidamente vincado — quem se não recorda do que no romance clamava o sequioso e ardente Castanheiro, com, «ardor teimoso de Apóstolo, nos botequins da rua da Sofia ou nos clautros universitários, nos quartos de amigos, por toda a parte «a necessidade, caramba, de reatar a tradição! de desatulhar, caramba, Portugal da aluvião do estrangeiro». (pág. 9).

Esse Castanheiro, o «Castanheiro patriotinheiro», fundara um Semanário, a *Pátria* — «com o alevantado intento (afirmava sonoramente o Prospecto) de despertar, não só na mocidade Académica, mas em todo o país, do cabo Sileiro ao cabo de Santa Maria, o mar tão arrefecido das belezas, das grandezas e das glórias de Portugal»! (pág. 8).

REVISTA

DE

Sciencias Naturaes e Sociaes

PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE CARLOS RIBEIRO

Directores — *RICARDO SEVERO e ROCHA PEIXOTO*

VOLUME I

PORTO
TYPOGRAPHIA OCCIDENTAL
66 — Rua da Fabrica — 66
1890

O rosto do vol. I da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*
Redução de 12% do original $\left(\frac{15,1}{17,1}\right)$

E prossegue Eça: «devorado por essa ideia, a «sua Idea», sentindo nela uma carreira, quase uma missão, Castanheiro incessantetemente...» (pág. 8).

E não seria admissível também vislumbrar naquela alusão, sob a personagem do Castanheiro, a figura de Rocha Peixoto, que Eça um dia chamou para a Secretaria da sua renascida *Revista de Portugal*, em 1891?

Pátria, era o nome da do fictício Castanheiro, de 1888; *A Terra Portuguesa*, o volumezinho publicado por Rocha Peixoto, de 1896. Nesta obra, como na proposta da personagem romanciada, Rocha Peixoto, como bem lembrou Flávio Gonçalves, apresenta sugestões

> «no sentido de se valorizar a nossa economia, pelas censuras que faz a determinadas instituições científicas, pelo seu esforço em auscultar as características do povo português e pelos remédios que propõe para os graves problemas do ensino».

Como se vê, intentos análogos do grande escritor e de Rocha Peixoto, como o haviam sido os da *Sociedade de Instrução do Porto*, de 1880, que os animados reformadores deixaram no olvido.

Voltemos ao romance dos Ramires. É o Castanheiro a pedir colaboração, só portuguesa, que refizesse «a Nação abatida na consciência da sua heroicidade» (pág. 9).

Era o mesmo Castanheiro a dizer de Gonçalo Ramires, que elhe promtera certo escrito histórico:

> «Quando o Gonçalinho se enfronhar dentro do nosso passado, das nossas crónicas, temos enfim nas Letras um homem que sente bem o torrão, sente bem a raça» (pág. 10).

Já graduado, o Castanheiro é funcionário da Fazenda, em Lisboa. Mas o viço patriótico esplendia como na sacra Coimbra, outrora, tentava ampliar a revista *Pátria* e queria outra ainda, os *Anais da Literatura e de História*. Para elas aliciaria colaboradores, sempre tão fugidios. E ensina ao Gonçalo:

> «É um dever, um santo dever, sobretudo para os novos, colaborarem nos Anais. Portugal, menino, morre por falta de sentimento nacional! Nós estamos imundamente morrendo do mal de não ser Portugueses!»

E, depois, lembrada a «ressureição do sentimento português», brada Eça:

«dos Portugueses, os piores desprezavam a Pátria — e os melhores ignoravam a Pátria.

O remédio?... Revelar Portugal, vulgarisar Portugal, de modo que todos o conheçam... (pág. 14).

Mais adiante, como já registei:

> «conhecido, adoptado, que todos o amem enfim, nos seus heróis, nos seus feitos, mesmo nos seus defeitos, em todos os seus padrões, e até nas veras pedrinhas das suas calçadas!
>
> Para esse fim, o maior a empreender neste apagado século da nossa História, fundava ele os *Anais*.
>
> Para berrar! Para atroar Portugal, aos bramidos sobre os telhados, com a notícia inesperada da sua grandeza!... Como? Reatando a tradição, caramba!» (pág. 14).

Em outro ponto, a vibrante perssonagem de Eça arrebata-se:

> «Tonifica, caramba! Pela consciência que renova de termos sido tão grandes sacode este chocho consentimento nosso em permanecermos pequenos! É o que eu chamo reatar a tradição...» (pág. 14).

Comenta noutro lugar:

> «a pena agora, como a espada outrora, edifica reinos» (pág. 15).

E enfim, a realizar-se o plano do patriota Castanheiro;

> «Caramba, menino, carambíssima! isto é que é reatar a tradição» (pág. 18).

Da notável empresa cultural do grupo denodado de Rocha Peixoto conhecem-se pormenores interessantes e expressivos. Mas, agora, aqui se alude a uma curta mas, na verdade, notável memória de um deles, vivo ainda em 1950, João Barreira, ou João Baptista Barreira J.or, que no ano de 1892 defendia a sua dissertação inaugural sobre *O delírio das negações*, com que conquista lugar entre os pioneiros do estudo da Psiquiatria no Porto, em que tanto se altearam no seu tempo e posteriormente, as figuras de Júlio de Matos (Cireneu na obra do moço esculápio) e de Magalhães Lemos.

É curioso que quatro alunos da Escola Médico-Cirúrgica do Porto — Leite de Vasconcelos, João Barreira, Reis Santos e Queiroz Veloso (1) viriam a ocupar cadeiras na Faculdade de Letras de Lisboa e correspondente Escola mãe.

Vem a propósito referir que João Barreira contava precisamente a idade de Rocha Peixoto, pois nasceram ambos no mesmo ano de 1866. Este facto coaduna-se com esta breve evocação que faço nestas páginas, dedicadas ao seu amigo de 1887, tinham ambos 21 anos. Evocação que é preito muito franco e sentido e bem se ajusta ao propósito do que deixo escrito.

Na referida memória de João Barreira, inserta no benemérito jornal *O Tripeiro* (n.º 12, Abril de 1950), com o título *Era uma vez...*, podem ler-se pormenores da vida académica e cultural da época que agora nos interessa. Começando por evocar a Escola Académica da Quinta do Pinheiro, sobranceira ao Largo de Mompilher actual, relembra os seus alunos António Nobre, Alexandre Braga, Ricardo Severo, Fonseca Cardoso, Rocha Peixoto, Hamilton de Araújo e a ele João Barreira. Alude ao «Grémio Oliveira Martins», nas Águas Férreas, onde Peixoto já instalara um rudimentar museu mineralógico.

Vinca Barreira a paixão do grupo (que se reune no quarto de Barreira, da Escola Académica) pelo verbo de Eça Queirós, de quem fala quanto a certa alusão deste à sua *Revista de Portugal*, que era, sobretudo dedicada aos novos, «se eles se apresentarem com talento e forma».

Conta como o grupo académico e progressista se reunia em «ápages periódicos, numa ceia chamada dos *alheiras*», vindas da casa materna de Barreira, em Chaves. Estas noitadas gastronómicas não afogavam os ímpetos e intenções culturais dos moços do *Cenáculo*, pelo que, em 1887, fundam a *Sociedade Carlos Ribeiro*, da qual Barreira risca uma breve história.

As ceias prosseguiam com a presença enxundiosa das alheiras da benemérita senhora flaviense. Fala-se no artigo da arte guitarrista de Peixoto e de Fonseca Cardoso; do contacto de Camilo, de Junqueiro e outros com o grupo, e, ainda, de certos episódios que menos interessam ao nosso momento, relativos a uma visita régia ao Porto.

Mas Barreira conclui com palavras concrectas, e expressivas, referindo-se ao grupo de *Portugália:*

> «grupo de moços que enobreceram a vida mental do Porto, do Porto da minha eterna saudade».

---

(1) Luís de Pina e Manuel Heleno—In «*Academia Portuguesa da História. Elogio do Professor Doutor G. M. de Queirós Veloso*». Lisboa, 1958.

De um quadro com as fotografias dos 42 alunos do 5.º ano médico do Porto, de 1891-1892 (Museu de História da Medicina), de que faziam parte, entre outros, o que viria a ser ilustre mestre e Director, Dr. Alberto de Aguiar, o poeta Queiroz e Castro, Ortigão Miranda, Pina Vaz, Aguiar Cardoso e outros. (*Litografia a vapor* de E. Biel & C.ª, Porto).

Também já o malogrado amigo e ilustre Professor coimbrão Dr. Aarão de Lacerda dissera em crónica de 1945 (1), *Marginália. O Nacionalismo de Rocha Peixoto*, a propósito do mausoleu que a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim deliberara mandar fazer-lhe:

> «não erraremos ao julgar Rocha Peixoto enquadrado no movimento que os vencidos da vida iniciaram, epígono, portanto, da grande geração a que pertencem Ramalho, Eça e Oliveira Martins».

É aí que Lacerda afirma que nesses rapazes (Rocha Peixoto e outros) o «rubro jacobinismo» era iluminado por um grande «culto nacionalista». Com ele estavam no intento restaurador o António Nobre, o Hamilton, António Arroio, Teixeira Lopes e outros. No Centro em que se reuniam havia nas paredes da sala

> «alegorias — uma guilhotina a decepar cabeças—liam-se os nomes de Marat e de outros revolucionários. Acendiam-se vivas discussões não só políticas, mas literárias e filosóficas».

Uma ou outra vez António Nobre se revoltava contra a demogogia, mas logo uma acalorada oposição defendia a igualdade e a fraternidade.

É, à maneira romana, projectavam-se, quando a pátria se encontrasse redimida, grandes festas públicas, ali na Boavista, na Rotunda transformada em «Forum», com banquetes opíparos» (2). Entretanto, excursionavam, estudavam, corriam o país numa

> «inspirada campanha de resgate».

Na sua esfera de acção, lembra Lacerda, os moços queriam

> «que se reatasse o pensamento do Infante».

E conclui que Rocha Peixoto e os outros companheiros

> «constituiram uma das vanguardas mais apetrechadas para o bom combate nacionalista».

Por isso, confinando-me apenas a este aspecto do labor desses moços e do nunca adulterado sentido pátrio do seu programa de

---

(1) «O Comércio do Porto», 9. V. 1945.
(2) Aarão de Lacerda, *ob. cit.*

trabalhos — o estudo integral do Povo Português; por isso pode chamar-se ao esforço de Rocha Peixoto um surto de *humanismo nacional*, condicionado como atrás se explicou.

Não é desconhecido o feitio político do ilustre poveiro. Mas dele poderemos dizer como escreveu o grande Ramon y Cajal (1):

> «Hay tres clases de politicos: los que enaltecem la Patria, los que la sirven y los que la explotan».

Rocha Peixoto está, sem dúvida, entre os primeiros, como entre os segundos.

Só isso bastaria para glorificá-lo. E vem a terreiro outra sentença notável do insigne sábio de Espanha, essa que escreveu no mesmo livrinho:

> «Sólo merecen la gloria los hombres que, mediante la acción inteligente y altruista, embellecieron, mejoraron y esclarecieron algo el mundo que habitamos» (pág. 82).

Rocha Peixoto cabe na galeria destes homens.

Esclareceu, melhorou, embelezou o mundo em que vivia.

Obra grande, grande vida, valeu bem a tão curta que Deus lhe dera. Mas viveu-a, como um centenário!

*

Traçado este panorama cultural do Porto, anterior à Sociedade fundada por Rocha Peixoto e seus companheiros, de par com outras emergências oportunas, podemos bosquejar o seguinte quadro de iniciativas culturais naquele derradeiro quarto do século XIX, para o que muito nos ajudam as notas já citadas de Gonçalves e Andrade, que aliançarei sumàriamente a outros que creio serem importantes:

1880 — Fundação da *Sociedade de Instrução do Porto.*
1881 — Fundação da *Revista da Sociedade de Instrução do Porto.*
1887 — Fundação da «Sociedade Carlos Ribeiro».
1889 — Eça de Queiroz funda a *Revista de Portugal.*
— Fundação da *Revista de Ciências Naturais e Sociais.*

(1) Ramón y Cajal. *Charlas de café. Pensamientos, anedoctas y conferencias.* 5.ª ed., 1950, B. Aires. Pág. 212.

Um grupo de jovens intelectuais portuenses ligados (ou como fundadores, ou como acompanhantes) ao movimento da *Sociedade Carlos Ribeiro*. Da esquerda para a direita: Fonseca Cardoso (aos 26 anos); Morais Rocha (25 anos); Vasco Ortigão de Sampaio (26 anos); Oliveira Alvarenga (26 anos); Ricardo Severo (22 anos); Rocha Peixoto (25 anos); João Barreira (25 anos).

Cliché de Emilio Biel & Comp.ª, de 25-I-1892

1891 — Reaparece a *Revista de Portugal*, de Eça de Queirós (Porto).
1892 — Desaparece a *Revista de Portugal*, secretariada por Rocha Peixoto.
1898 — Acaba a *Revista de Ciências Naturais e Sociais.*
— Desaparece a «Sociedade Carlos Ribeiro».
1899 — Criada a revista *Portugália* — Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso.

São dezanove anos de intenso fervor patriótico e cultural este em que tão poucos fizeram muito. Dezanove anos de vida intelectual portuguesa cujos marcos fundamentais aí deixo levantados, a marcarem factos inesquecíveis e muito expressivos de inquietude mental e vontade firmíssima de revitalização espiritual da gente portuguesa.

*

Vamos tentar aproximar-nos do fim desta nota, aludindo agora a outro ou outro episódio da vida cultural de Rocha Peixoto que argumentam ou justificam as considerações que vão exaradas.

Mercê de vários artigos de biógrafos de Rocha Peixoto e seu grupo — mormente da *Portugália* — em que se vinca justamente a valiosa monografia subscrita por Flávio Gonçalves, são conhecidas as principais incidências da vida e obra do insigne poveiro.

Mas carecem, ainda, de ser iluminados alguns recantos da biografia do probo e activíssimo investigador, posto que da já bem delineada e esclarecida pontos há estranhamente ocultos.

Entre mais a sua vida académica nos estudos superiores (Politécnica do Porto) e a sua carreira de natutalista nessa escola.

Estes aspectos são indispensáveis para o correcto apreço da sua obra.

Todavia, percebe-se na atitude pesquisitiva e profissional de Rocha Peixoto certo intento de compensar e reparar a notória fragilidade do labor cultural ou científico daquela instituição que em 13 de Janeiro de 1837 ascendeu a Escola Politécnica e onde, talvez, o convívio do moço funcionário com o respectivo Professorado não lograsse — por razões incógnitas (como seus particulares temperamento e fecundo espírito de auto-suficiência) a justa e tranquila satisfação de intentos, nem a compreensão dos seus superiores, mestres daquela casa.

Nesse e em outros aspectos do mundo cultural do seu tempo, severo na sua ironia e irónico na sua severidade, Rocha Peixoto deixa ressumar a expressão daquele desentendimento, projecta algo que se poderia explicar, em boa parte, por aquilo que em nossos tempos se apoda de complexo de inferioridade.

Atitude psíquica essa de especial ressonância em quem, como ele, atingira respeitáveis postos públicos—Director da Biblioteca e Museu Municipais e Professor da Escola Industrial Infante D. Henrique.

Escasseia a precisão na cronologia desta vida profissional de Rocha Peixoto para que neste momento possa deduzir argumentos incontroversos. Mas as suas censuras ao estudo de certas instituições da Politécnica e as críticas a várias obras científicas (tal a que fez à tese de Teixeira Bastos sobre tatuagem) poderão exprimir aquela atitude psíquica. O seu espírito independente e esclarecido, sua autoridade de autodidacta e seu irrequieto temperamento (1) não suportariam as deficiências e os erros que topava à sua volta, dentro e fora da Escola Politécnica em que era naturalista, com a categoria de adjunto.

(1) Ele mesmo se confessa azedo. Em carta a Martins Sarmento, de 1888 (?), adiante referida, remata as suas considerações pedindo perdão desta «abundância de acrabilis».

Anàlogamente à Sociedade de Ciências Naturais e sua revista, surgentes fora do claustro da Politécnica — só muito mais tarde alguns filhos da Universidade que lhes sucedeu promovem cultura afim, como a *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* (1918), com a sua revista «Trabalhos» e o Estado instituiria Cadeiras nas Faculdades das três escolas superiores, a Antropologia, a Etnologia, a Arqueologia.

Recordo que à Sociedade de Instrução do Porto, nos seus propósitos e suas iniciativas antecedentes a Rocha Peixoto, não faltaram razões idênticas às que justificaram censuras do insatisfeito naturalista e etnógrafo.

As deficiências do material de ensino e estudo da Escola Politécnica, a que Rocha Peixoto se reportara, haviam sido apontadas pela Sociedade de Instrução e analizadas com oportuna franqueza, anos antes de Peixoto. E, todavia, no elenco dos seus sócios e da sua Direcção figuravam Professores daquela Escola e da Médico-Cirúrgica, que dispensaram a ambas as Sociedades, de 1880 e de 1888, o seu saber, o seu prestígio, o seu interesse, tais Venceslau de Lima e Ricardo Jorge.

Não eram, pois, injustas ou desajustadas as censuras, embora agrestes, de Rocha Peixoto; e não era despropositado o seu infatigável intento de reparar, de satisfazer, de preencher lacunas da Cultura portuense do tempo, como outros o haviam tentado já, com o que teriam, sem dúvida, esclarecido e estimulado a obra do prestimoso poveiro.

Basta apontar-se a indiferença daquela Escola pelo Jardim botânico, que lhe fora proporcionado pelo Governo na antiga cerca do Convento Carmelita, onde estão hoje a Faculdade de Letras e o Instituto de Medicina Legal, terreno que os frades deixaram em 1834 (1). Rocha Peixoto saberia disto, deste verdadeiro desleixo pelo aproveitamento para o ensino da Botânica prática.

Todavia, alguns dos colaboradores de Rocha Peixoto — e certos deles bem próximos — eram alunos ou diplomados pela Escola Médica do Porto: Júlio de Matos e Leite de Vasconcelos, por exemplo; e outro era estudante da mesma, Basílio Teles, que haveria de abandonar o curso por incidente grave com um dos seus professores, Urbino de Freitas, este colaborador de Newton e Osório na Sociedade de Instrução do Porto, onde não faltaram médicos daquela Escola, o mesmo Leite de Vasconcelos, Urbino de Freitas, Gouveia Osório, Agostinho do Souto e outros.

Se Deus mo consentir bosquejarei, um dia, essa interferência

(1) Veja-se a valiosa contribuição histórica para este facto na revista «O Tripeiro» (Set. 1965, págs. 265-266), artigo de Horácio Marçal, *O Jardim do Carregal e as suas imediações*. A este assunto se dedicou um dia o ilustre Prof. Américo Pires de Lima.

no meio cultural da cidade e do país, de médicos da sua Escola, alguns seus mestres, desses citados aos modernos Alfredo de Magalhães e Lopes Martins, preconizando este, no Parlamento, uma Faculdade de Letras para o Porto, há mais de meio século.

Analizando fundo este impressionante período dos fins do século XIX, concernentemente a sugerências e propósitos sobre a reformação da Cultura no país, notam-se, entre mais, curiosas analogias de alguns autores, como as de Eça de Queirós e as de Peixoto e companheiros de 1887 e 1889. O mesmo matiz nacional, a mesma vontade de revelar Portugal dentro e fora de fronteiras, iluminavam as sombras daquele crepúsculo.

Nas páginas de Eça, o tom histórico, decididamente histórico e patriòticamente literário; nestes rapazes um sentido etnológico, natural e positivo, autêntico *Humanismo nacional,* de todos os modos a delicada e aliciante prova de culto e estudo da Nação.

Dois tempos se enovelam na empresa cultural de Rocha Peixoto e de Ricardo Severo: o primeiro, da Sociedade referida, com interesse essencialmente absorvido na especulação de Ciências; o segundo, o tempo da *Portugália,* com escopo mais afinado, o de estudar o Povo português na sua história natural, nos seus usos e costumes, a sua evolução social, o Povo integral, como dizia Eça e já citámos:

> «nos seus feitos, mesmo nos seus defeitos, em todos os seus padrões, e até nas veras pedrinhas das suas calçadas (1).

Dois aspectos nacionalistas um tanto diversos, mantendo o da *Sociedade Carlos Ribeiro,* em particular e em boa parte, roteiros análogos ao da antecedente *Sociedade de Instrução do Porto,* de alguns anos antes.

Todavia, fixada por Eça a sua ideia em figura literária da romances posteriores à façanha de Peixoto e ensaiando a sua realização na revista que fundara dois anos depois, o seu movimento restaurador foi um fogacho, repetido, logo apagado.

Mas fogueira e lareira fortes e de amplos clarões fora o esforço de Rocha Peixoto e Ricardo Severo, Fonseca Cardoso e Venceslau de Lima, como tantos mais, esforço que a *Portugália,* exuberante e pràticamente, veio a demonstrar dentro e fora do país.

Repito, sem esforço: bela expressão de Humanismo nacional. Neste ponto evoco o que não há muitos dias li em jornal espanhol, palavras de Sua Santidade Pio XII sobre o culto da Ciência e ante ela o Homem, palavras que se ajustam ao sentido e intuito da obra de Rocha Peixoto e seus amigos:

---

(1) Eça de Queirós. *A ilustre Casa de Ramires.* Ob. cit. Porto. Pág. 14.

PORTVGALIA

Materiaes para o estudo do povo portuguez

POLA GREY

Director-Ricardo Severo
Redactor em chefe-Rocha Peixoto
Secretario - Fonseca Cardoso

A capa dos fascículos da *Portugalia*
Redução de 33% do original $\left(\frac{14,8}{22}\right)$

> «La ciencia es reina en su campo. Quién se atreveria a negarlo? Pero es sierva del hombre. rey de la creación. Si ella rehusa servir, si no se preocupa por el bien y el progresso de la humanidad, resultaria estéril y, digámoslo, dañosa» (1).

Antes da *Sociedade Carlos Ribeiro* aparecer, outras iniciativas, como disse, haviam despertado no Porto a vida intelectual do meio. Para não falar em mais, a *Associação dos Jornalistas e Homens de Letras* e uma *Sociedade de Geografia Comercial*. Leia-se esta nota em artigo de Alberto Moreira (2):

> «A Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, fundada em Setembro de 1882, ficou instalada nas dependências da Sociedade de Geografia (sita na Rua Formosa, no prédio com o n.º 337) que, condicionalmente, lhe cedera as suas salas por 5$00 mensais; e aí se conservou alguns anos, até que, em Novembro de 1884, ainda sem recursos para se instalar em edifício próprio, transitou para a Liga das Artes Gráficas, cedendo-lhe esta agremiação operária «a sala da sua biblioteca...»

Todas estas empresas, tarefas e iniciativas, que se observavam há muito, eram prenúncio e estímulo de outras bem definidas, mais amplas e mais expressivas ainda, como a do grupo Rocha Peixoto. Então, como mais em nosso tempo, três anos após a morte de Peixoto, abria-se no Porto uma *Universidade popular*, com lição inaugural do Centro Comercial, feita pelo Eng. Xavier Esteves, Presidente da Câmara, que tratou «Do Tempo» (3).

É curioso que ao tempo da Presidência do mesmo Município estar ocupada pela ilutre figura do Prof. Mendes Correia (c. de 1936-1942) e sendo eu Vereador do pelouro da Cultura, foi por aquele saudoso antropólogo, etnólogo e arqueólogo proposta uma instituição análoga, de cunho camarário, sugestão que por razões superiores muito cruciais não obteve seguimento, mas que deu origem ao aparecimento de um Centro Municipal de Estudos e Conferências designado *Estudos Portuenses*. Poucos anos depois, após expressiva actividade cultural, e de acordo com a Universidade do Porto e o Instituto de Alta Cultura, esta fundação foi trans-

(1) «Ecclesia». N.º 1290. Maio, 1966. Pág. 679.

(2) Alberto Moreira. *A Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto*. «O Tripeiro», n.º 2, Fevereiro, 1962, pág. 43. Vd. também, o *Almanak do Porto* (1888).

(3) «O Tripeiro», n.º 6, Junho, 1962. «Aconteceu há 50 anos...», pág. 190.

formada em *Centro de Estudos Humanísticos* (do Instituto de Alta Cultura, com subsídio seu e da Câmara Municipal do Porto), anexo à Universidade respectiva.

A este novo orgão cultural incumbiam e incumbiriam tarefas relativas aos mesmos temas e propósitos que de longe se vinham a manifestar *(Sociedade de Instrução do Porto, Sociedade de Carlos Ribeiro, Aliança Académica, Associação dos Jornalistas, Universidade livre* e *Homens de Letras*, etc. etc.), referentemente a Humanidades e a Ciências Humanas, da Arqueologia e Línguas Grega e Latina à Sociologia, à História, à Psicologia, à Etnografia, etc., com suas variadas secções (1), as suas revistas periódicas e demais publicações.

Sem dúvida que tal Centro, como a actual Faculdade de Letras, representam velhos anseios de Cultura mental do nosso meio, que têm constituido uma operosa faze de múltiplos sucessos literários, científicos e artísticos que, como lembrámos, aguarda o cronista que lhe trace a necessária e ampla história.

Lembra-se, ainda, que referente ao dia 20 de Abril de 1899 há uma interessante efeméride no «Tripeiro» (Abril de 1949, pág. 282), nestes termos:

> — «O conselheiro Venceslau de Lima (2), referindo-se na sessão da Câmara, ao aparecimento da revista «Portugália» de Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso, lastima que o orçamento municipal não lhe permita propor a votação dum subsídio a essa publicação portuense que tão assinalado serviço vinha prestar ao estudo do povo português. Pede, no entanto, que a Câmara se inscreva como assinante de honra da referida revista, o que é aprovado por unanimidade».

(1) Luís de Pina. *Centro de Estudos Humanísticos—Anexo à Universidade do Porto — Breve notícia da sua criação, organização e inauguração solene.* «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto. 3-4, X. 1947.

Nesta memória o autor, que dirigiu o Centro desde 1947 a 1966 (ano em que voluntàriamente se afastou desse encargo) marca o programa da respectiva actividade, exposta, aliás, em relatórios anuais ao Instituto de Alta Cultura e ao Município do Porto.

(2) Colaborou nas iniciativas da Sociedade de Instrução do Porto e, depois, da de Rocha Peixoto.

Geólogo e botânico portuense (nasceu em 1858), Deputado e Par do Reino, deve-se-lhe a Reforma da Academia Politécnica do Porto e do Conselho Superior de Instrução Pública (Barjona de Freitas). Foi Governador Civil do Porto e Presidente da Câmara desta cidade, Provedor da sua Misericórdia e ministro dos Negócios estrangeiros. Por determinadas razões foi Director da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, nos fins do século XIX.

Os ideais do fim do século XIX não esmoreciam. Meses depois de fundada no Porto a Universidade, é aqui lançada, como se noticiou, «pùblicamente a ideia da fundação de uma Universidade Popular, a qual, neutra em matéria política e religiosa, orientava o seu ensino dentro de um programa de vulgarização das ciências matemáticas, físico-químicas, histórico-naturais e sociais, da literatura, da arte e da higiene (1)». Era o dia 26 de Setembro de 1911.

*

Os volumes da revista *O Positivismo* (1879 a 1882) inseriram, como lembrei, estudos de variados temas: contos populares, Pedagogia, Filosofia, Evolução, História, Claude Bernard, Psicologia, lendas, ciganos, Civilizações, Superstições, Bruxas, S. João, feitichismo, lobis-homens, mouras encantadas, diabo, almas penadas, etc., etc., assinados por T. Bastos, Vasconcelos Abreu, Teófilo Braga, Horácio Ferrari, Evaristo Cabrita, Consiglieri Pedroso, Cândido de Pinho, Adolfo Coelho, Amaral Cirne, Augusto Rocha, Betencourt Raposo, Alexandre da Conceição, Arruda Furtado, Wyrouboff, E. de Pompery, Basílio Teles, Emídio Garcia e poucos mais.

A revista, anterior à «Sociedade» de Rocha Peixoto, publicou-se no Porto e Júlio de Matos, estudante de Medicina ainda, com Teófilo Braga, eram seus esperançados directores, pelo que teriam de sofrer longas e duras provas de tenacidade e de paciência.

A *Portugalia*, projectada em 1898 e vinda a lume «Pola Grey», como se dizia no subtítulo, teve numerosos colaboradores, logo no primeiro volume (1899-1903), a versarem a Paletnologia e a Paletnografia, a Antropologia, e a Antropometria, a Etnografia e Folclore, a Arqueologia e a História. Não cabe aqui sumariar ou historiar o facto, mas apenas fixar um ou outro apontamento de pena de Rocha Peixoto, que explicam o mais expressivo do sentido de toda a sua apaixonada luta pela reanimação cultural do meio em que vivia. Em certa crítica às aulas novas de Bernardino Machado, na Universidade de Coimbra e ao método pedagógico que usava, escreve:

> «num país indigente de iniciativas como opimo de indolências, assim ensina e pratica, lúcido e fecundo, a História Natural do Homem» («Portugalia», pág. 297, 2.º vol.).

(1) Vid. «Tripeiro», 1961. Set.º, pág. 286.

Acerca do livro de inalética de Bertillon, registou Peixoto, falando dos trabalhos dos alunos daquele mestre:

> «singular inovação no nosso ensino oficial, mais por eles e seu êxito do que pela praxe, aliás corrente, mas anódina, contrafeita, inexpressiva e aliás esteril» (*Id.*, pág. 297, id.).

O seu pessimismo sobre certas iniciativas nacionais atingiam cumes nem sempre toleráveis. Dizia ele, a respeito do Museu Arqueológico de Guimarães:

> «Que virá a ser... quando findarem os últimos amigos de Sarmento?» (*Id.*, pág 120, id).

Veio a ser o que hoje todos podemos contemplar, sob a direcção proficientíssima do Coronel Mário Cardoso, casa bela e colecções preciosas, sala de leitura e biblioteca prestantíssima, uma «Revista de Guimarães» de já famosa categoria!

Em análise de artigo de Basílio Teles, expõe do próprio sentido do seu criticismo (*Id.*, pág. 429, 1.º vol.):

> «depois que a investigação histórica moderna, desobrigada da parcialidade cortezã e restritiva dos cronistas, incidiu sobre o transe profundo da vida nacional, sentiu-se como em relevo até então despercibido, que a crise portuguesa enraiza em origens viciosas já longínquas...» (*Id.*, l., pág. 429).

De par com reparos a Esteves Pereira (pág. 661, id.) justifica-se:

> «Cumpre-nos, a todos, lembrar, sugerir e ajudar...»

O seu espírito de verdade, sua inteireza de amor pátrio, sua dignidade de cientista não perdoavam, fosse a quem fosse, tudo o que era erro, irreflexão ou insuficiência.

Será a respeito de certa publicação *Larousse*, sobre Portugal, que Rocha Peixoto se encrespa, violento, acerca da mestiçagem:

> «a torpeza genésica de vários portugueses que carreiam para o continente, do Brasil e de África, a progénie escarumba, constitui, ao que parece, o elemento sugestionante e ensinativo dos nóveis antropologistas que afloram...» (*Id.*, l., pág. 663).

Não aliciou símpatias de Rocha Peixoto a misceginação, em nossos tempos considerada bem diferentemente por alguns daqueles

«nóveis antropologistas que afloram». Estou a evocar conceitos, a tal propósito, de Gilberto Freire, que ao tempo em que o poveiro escrevia tais palavras era apenas recem-nascido (1).

Rocha Peixoto anematiza os autores do citado volume de *Larousse* sobre o nosso país (Zaborowosky, Silva Lisboa, etc.) e chama à obra *logro literário com repulsa por essa arlequinada incomparável.*

Dignidade científica e dignidade patriótica!

A crítica de Rocha Peixoto mais acerba, implacável, severa, é a que registou no discutido folheto *O Museu Municipal do Porto* (*História Natural*), lhe deu ao prelo em 1888.

Depois de aludir, com profundo pessimismo, à raça que degenara, ao desinteresse pela Cultura, a certos investigadores, como Carlos Ribeiro, desajudados do governo, apostrofou:

> «foi necessário que de um canto da província portuense, caracterìsticamente burgueza e francamente boçal, se levantassem meia dúzia de rapazes, leais e crentes, sem a protecção da Escola e dispensando auxílio do Estado, para organizarem, sós, o que há muito deveria estar compreendido e realizado» (pág. VIII).

O tom de Peixoto ressoava como o de outros, pela mesma época ou pouco depois, estudantes portuenses — Laranjeira, Sérgio Fonseca, para lembrar apenas dois (2) e estes da Escola Médica, mais destrutivos, que construtivos.

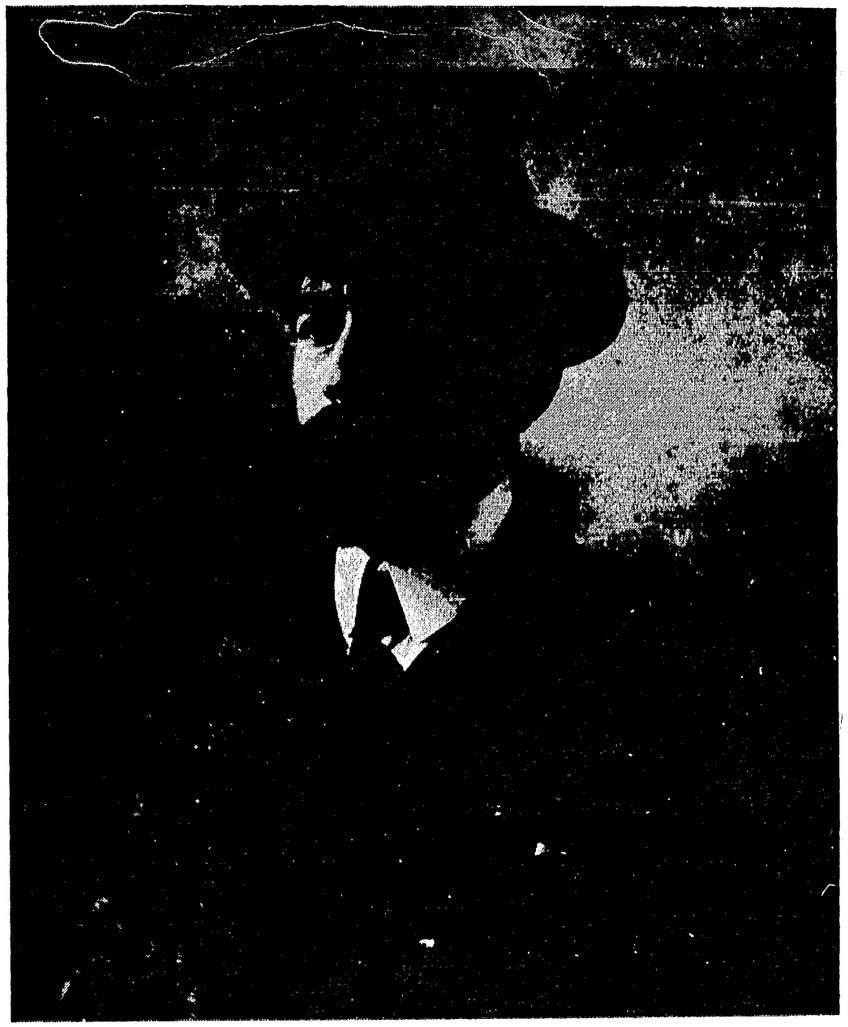
E continuava o interrégimo moço de 1888:

> «Os programas de algumas das nossas escolas superiores exigem já uma soma de ideias gerais sobre matéria antropológica e terminam as da cadeira de Geologia e Ciências anexas pela exigência dos conhecimentos relativos à litologia, estoratigrafia e paleontologia portuguesas!
>
> É a maneira mais singular e original de documentar a ignorância dos mestres!
>
> Que fontes tinham estes a que recorrer, precisas e completas, para ensinarem os discípulos?»
>
> ...«nem sequer meio caminho temos andado».

---

(1) Entre mais páginas deste ilustre sociólogo brasileiro, vém imediatamente à lembrança algumas do seu *O Mundo que o Português criou*, pág. 179-188 (1.ª ed. portuguesa, Lisboa). É bem conhecida, felizmente, a política portuguesa a tal respeito, que é a sua própria política nacional.

(2) Rocha Peixoto insurge-se contra influências negras em Portugal, escrevendo no «Primeiro de Janeiro», em 30-3-1901, *O Sangue do preto no povo portugues.*



Ricardo Severo em 1907

Fotografia oferecida por Ricardo Severo a Rocha Peixoto.
Cliché da *Photo Moderna* (Porto)

O Museu da Câmara, na Rua da Restauração, a que dedica este opúsculo, era o exemplo do abandono, do caos, do desleixo:

> «que o município trate, e quanto antes, de se desfazer dele. Na Câmara, lembrou, havia então advogados, médicos, lentes da Escola Politécnica e da Médico-Cirúrgica. A esses caberia a reforma daquele Museu, em que se nada fizera em 36 anos.
>
> A *Sociedade Carlos Ribeiro* incumbira-o de analizar essa instituição, o que está fazendo. É de parecer que se modifique absolutamente ou, caso contrário, arraze-se por uma vez.
>
> Compara-o com o que se passa fora de fronteiras, de que tinha boa informação».

E o crítico atassalha, sem dó nem piedade:

> «Há anos que a capital dava o exemplo caracteristicamente frizante de um povo que não vê longe. Chafurdando num mar de tolices, atascando-se num enxurdeiro de necedades, a velha criada de abade, como tão certeiramente a qualificou o nosso Eça, evidenciou o atrazo de meio século».

Lembra o em que deram aos esforços pesquisitivos de Ferraz de Macedo. O seu exemplo deve imitar-se; e vá de recomendar que se organize no Museu uma colecção craniológica (1), um laboratório de Antropologia (2), etc., campo vasto de estudo.

Depois de apontar as mais clamorosas faltas e irregularidades na organização do Museu, em que algumas éspécies estavam reduzidas a pó, continua despedaçando prestígios, destronando autoridades:

> «As nossas inteligências oficiais, fora do campo restricto dos compêndios, chafurdam. Os distintos e coroados vão sucessivamente lamentando o número dos inúteis que se cretinizam e engordam; e se não procuram ponto de mira segundo o qual dirijam o seu ideal, é porque deste carecem. A inveja morde-os e não há estímulo, porque a apatia derruba-os.
>
> Crianças, estudam as lições porque as obrigam, a família exige; cretinos, classificam-se mùtuamente segundo a aparênctia o simula».

(1) Ao tempo de pertencer à Vereação da Câmara Municipal do Porto promovi que dos cemitérios do Porto fossem transferidas algumas dezenas de crânios abandonados para o Museu de Anatomia Normal da Faculdade de Medicina (Secção de Antropologia, que nessa altura estabelecemos).

(2) Só mais tarde, em 1902, se organiza na Cadeia Civil do Porto um Laboratório ou Posto Antropométrico, antecedente do Instituto de Criminologia, em que trabalho há 37 anos. L. de Pina. *Instituto de Criminologia do Porto. Resenha histórico-bibliográfica.* Porto, 1960.

A crueza crítica alastra, dominada por intensa animadversão impressionante:

> «é cercando-se das louvaminhas dos ingénuos, encadernando-se, a par, com os diplomas pseudo-honrosos das aulas públicas, que essa legião de *talentos robustos* e *fecundos,* covorte avariada e gafeirenta de embotados, vai ganhar o pão de cada dia, sorvendo até à medula, tudo o que o arcaboiço de um finado país pode ceder à sofreguidão miserável de tanto esfomeado!»

Este folheto é de 1888, ano da fundação da sua *Sociedade Carlos Ribeiro.*

Começava, então, a vida social e científica do impertérrito moço da Póvoa de Varzim, que por temperamento se exprimia com a dureza e a agridão de certa adolescência.

Mais tarde, este modo de projecção psíquica, apimentada pelas realidades da vida, do meio e dos homens, prosseguiria inalterável, ao censurar defeitos, ócios, desleixos, incompetências, vergonhas...

Ao tempo desta sua nota crítica, inaugurava o rapaz poveiro a sua actividade cultural no Porto. O meio social, que imaginava ou desejaria com nível mental mais fino e correcto, tê-lo-ia desapontado. Sua inserção portuense desde logo sofreria essa dolorosa e rebelde impressão, em muitos pontos justa, mas nem sempre esclarecida, pelo que outros, antes de si, haviam intentado, censurado, versado.

Extravasava Peixoto, nestas expressões duríssimas, aqueles estados psíquicos a que já nos referimos, estados que se polarizavam, digamos assim, numa acrimónia crítica generalizada — tanta vez injusta, por apaixonada e impulsiva — a já referida vicissitude complexual anímica do sequioso e insatisfeitíssimo moço, a que não fora mais tarde alheia a sua posição subalterna ou distante dos claustros docentes politécnicos (naturalista *adjunto*), sua situação económica deficiente, a honrada labuta diária para satisfazer encargos domésticos familiares e, daí, a compulsiva retirada dos estudos, que não completou, agravavam, picavam o seu génio inquieto, dominador, invulgarmente auto-confiado e apaixonado defensor da Verdade.

Aloirado e franzino, a que «um nítido e profundo olhar dava a

poderosa nota de uma energia superior», como lembrou Flávio Gnoçalves, Rocha Peixoto está todo expresso — e explicado, nas suas apreciações críticas, nos seus projectos reformadores, nas suas eficazes e fecundas empresas culturais.

Compara Rocha Peixoto — continuemos a analisar o folheto de 1888, sobre o *Museu Municipal*, que classifica como:

> «*a maior vergonha portuguesa* (pág. 43) e o *documento mais característico da boçalidade portuguesa* (pág. 44)».

E continua a comparar o que há em outras terras da província, menos afortunadas que o Porto, tal a Póvoa, onde já estudara e coleccionara 48 espécies de peixes. No Museu do Porto, nada. E o que havia, no resto, por identificar, por classificar...

E remata com propostas para melhorar a obra, que poderia ser prestantíssima. E foi-o, um dia, mercê da reforma que na Biblioteca e Museu municipais portuenses viria a realizar devotadamente.

Confronta ordenados do director do Museu que criticava, a ganhar 395 rs. por dia; entretanto, um trolha recebia 500; o total anual, daquele alto funcionário, era de 144$000 rs.; um zelador do Município, seu mesmo patrão, ganhava 188$00 rs.!

E comenta, de par com estas sugestões evocativas:

> «É lesada a Ciência, o país, o município e o estudioso com a despesa e cuidados que tal Instituto, convenientemente organizado, exija?».
>
> Resposta: «arraze-se» (pág. 47).

As despesas com a reorganização do Museu somariam 5 contos. Ali passariam a ser estudadas a Geologia, a Mineralogia, a Arqueologia pré-histórica, a Antropologia, a Zoologia, a Botânica. É, como se vê, uma réplica aos estudos oficiais da Politécnica. Viria a ser um centro de investigação científica, que esta, em seu entender, mais tardiamente expresso, não satisfazia ou satisfazia mal... (1).

Os tempos correram, cavalgaram-se os anos e já em nossos tempos o Museu Municipal do Porto desaparecera. Não se arrazou, como sugeria, mas fundiu-se noutro, o de Soares dos Reis, este do Estado.

---

(1) O brado de Peixoto não foi em vão, pois o Município não tardou a subvencionar o Museu com bem mais amplo orçamento. E Peixoto viria a ser o seu Director.

O que diria Rocha Peixoto, se o soubera ou advinhara?

Um dia, 1898, ao publicar a História curta da *Sociedade Carlos Ribeiro* (1), escreveu que ela foi

> «sempre de rapazes e dominou, na sua acção, o espírito moço, o grémio, primitivamente de cinco, que, em Julho de 1887, numas cálidas e apreensivas vésperas de actos, delineou os traços iguais duma *Norma provisória* e regulamentadora da Sociedade».

O mais velho desses rapazes já tinha 20 anos! Alude Peixoto a certa discrepância e luta entre mestres e alunos da Politécnica, sem deixar de criticar a deplorável exiguidade e estado do Museu municipal e das colecções daquela Escola, onde apareciam letreiros nas paredes, como:

> «*cursos livres na escola livre, abaixo o despotismo escolar, Abaixo a inquisitorialismo académico, Pedantocatedracia*, etc.».

Fala Peixoto em folhetos publicados, na censura a mazelas docentes, etc. Como Aarão de Lacerda, atrás repetido, lembrou do grupo que:

> «nos primeiros tempos a «ceia histórica» era precedida de certa liturgia; e numa das paredes traçava-se o *Rol* do festim (assim protestávamos contra o galicismo em uso) onde, entre outras alegorias e ornatos, havia uma guilhotina decepando cabeças, e das epígrafes me lembro, pelo vulto, esta: *Marat, o Justo!*
>
> Na baça... tranquilidade da Rua da Paz ressoava pois, nesse aniversário augusto, a escarlate e aguerrida voz da Peleja».

Alude a Augusto Nobre, «tolerado, não lhe perdoávamos, entanto, o mutismo perante a campanha dos Museus...». Não é agradável o que diz do irmão de António Nobre e sobre o futuro Professor e Reitor da Universidade do Porto, mais velho um ano que o seu censor (2).

---

(1) *A Sociedade Carlos Ribeiro. Nótula histórica.* 1898, Porto.

(2) Nasceu em 23-VI-1865. Começou a trabalhar no *Museu Allen*, tão duramente censurado por Peixoto. Em 1890 era convidado para auxiliar docente na Politécnica do Porto, organizando mais tarde o Museu de Zoologia. E em 1912 diplomara-se em Ciências Naturais, ocupando em 1915 a Cátedra respectiva.

Fonseca Cardoso

Fotografia oferecida ao então tenente Luís Augusto de Pina Guimarães (1905), seu amigo e pai do autor deste artigo.

Cliché de *Torres & Torres* (Benguela)

Ao lembrar António Nobre, informa que o poeta não correspondia às expressões revolucionárias do grupo, pois confessava a sua repugnância «pela mão calosa do operário», enquanto eles lhe bradavam a revindicta popular, em victória a celebrar solenemente, na Boavista, com festim ou banquete fraterno, como atrás se lembrou.

Aqui nos recordamos de Eça e do seu romance póstumo *A Capital,* com provas ainda corrigidas pelo grande escritor, originais esses que o filho de Ramalho Ortigão recebeu por herança do Pai e comunicou ao Dr. José Eça de Queiroz, em carta de 11 de Junho de 1924 (1).

Neste volume, como se sabe, o grande escritor imagina o *Cenáculo* político, literário e filosófico de estudantes coimbrões, ou *Ateus,* no quarto de Damião, na Couraça. Tinham a sua revista *Pensamento.* E tudo discutiam, a Arte, as Religiões, o Positivismo, a «estupidez dos lentes», a revolução de 89...

Nesse *cavaco, faiscante cavaco do Cenáculo,* formavam-se novas concepções do Universo, uma nova Ordem para a Universidade e tantas mais coisas, até abalarem os deuses mais poderosos (pág. 25). A regeneração das prostitutas, os patriotas gregos, Danton na convenção e outros temas do Cenáculo não permitiam compreender, dominada a ideia por Proudhon, Mill e Comte, a doutrina de Jesus em pleno século XX, «hora do Positivismo e do Socialismo».

Como já dissemos, este revolucionarismo atacou duramente a juventude do tempo que cursava as aulas da Escola Médica do Porto e desaforadamente, por vezes, expunha as suas ideias políticas nas próprias teses de fim de curso.

O *Cenáculo* coimbrão, como a literária imaginação de Eça o descrevia, quizera fazer do *Pensamento* «uma revista puramente filosófica e científica, de onde os poetas ... seriam excluídos», excepto se defendessem a Humanidade martirizada.

O tom ecoa na cena queiroziana do botequim de Oliveira de Azeméis, onde o antigo estudante e poeta do *Cenáculo,* o Corvelo, haveria de topar certo truculento Rabecaz, ébrio e lúbrico, a expender ferozes doutrinas que o afogavam, quanto ao social. Mas o Artur Corvelo divergia e queria, semelhantemente aos do grupo de Peixoto,

> «os Estados Unidos da Europa, governados pelos grandes génios... Não haveria exércitos e os povos federados sentar-se-iam fraternalmente em banquetes simbólicos, cantando a *Marselhesa*» (2).

---

(1) Prefácio do *A Capital,* 1929, Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, Porto, pág. VI.

(2) *A Capital,* ob. cit., pág. 77.

Ao que o violento Rabecaz retrucava que não, que era preciso um

> «Robespierre, um Cromwel, para guilhotinar os fidalgos, confiscar os bens dos capitalistas e escavacar os padres» (pág. 77).

Cotejem-se os temas do imaginário *Cenáculo* coimbrão, romanceado por Eça e o real do grupo de Peixoto, Barreira, Fonseca Cardoso e outros, como o evocam Aarão de Lacerda e o segundo daqueles moços, já tão velho, há poucos anos: o banquete festivo fraternal, a guilhotina, a reivindição dos humildes, a ofensiva contra mestres... (1).

A quem atribuir influências, por parte de Eça e da banda dos rapazes de 1888, no Porto? Voltaremos, um dia, a este ponto.

Rocha Peixoto, como se sabe, dedicara-se à Geografia, sobre que escreveu num substancial compêndio. Já também a *Sociedade de Educação*, anos antes, dedicara a esta Ciência os seus interesses. Estamos a lembrar-nos de certa crítica a um tratadinho de Augusto Luso sobre ela, desse mesmo Augusto Luso que entrara no grupo da Sociedade e tem hoje o nome em uma das ruas do Porto, entre os Liceus masculino e feminino, à Boavista.

As colónias portuguesas, a que Eça, na *Ilustre Casa de Ramires*, alude por boca pretenciosa e anárquica de certa personagem, que recomendava cìnicamente a sua venda; as colónias mereceram de Rocha Peixoto palavras de censura aos que se desmazelavam do seu progresso, mas defendendo intransigentemente a conservação de Angola, devendo reatar-se a empresa da expansão extra-metropolitana,

> «retrogradando. Como? Com a Espanha, conquistando e partilhando Marrocos. Para Portugal a parte atlântica... futuro celeiro da Península; para a Espanha, o resto da Berbéria...».

Discutíveis, sem dúvida, estas impressionantes sugestões, que, todavia, revelam o seu indomável patriotismo ou nacionalismo, que afirma aí em certo passo, ainda referido ao ultramar português:

> «no seu abandono, por fim, esteve o erro desatento e insciente de Pombal...».

(1) O próprio Rocha Peixoto, no opúsculo *A Sociedade Carlos Ribeiro. Nótula histórica*, reporta-se a aspectos destas assembleias, à ceia histórica, etc. Nas paredes escrevia-se o rol do festim, desenhavam-se «alegorias e ornatos, havia uma guilhotina decepando cabeças, e das epígrafes me lembro, pelo vulto, esta: *Marat, o Justo!* Na baça e pacata tranquilidade da rua da Paz ressoava pois, nesse aniversário augusto, a escarlate e aguerrida voz de Peleja...».

E, a seguir:

> «à Espanha cumpria uma reinvindicação: expulsar o inglês de Gibraltar» (pág. 24).

Se hoje vivesse, Rocha Peixoto aplaudiria tantas nobres e heróicas atitudes de Portugal, como a defesa indefectível do seu território nacional de além-mar; de Portugal, como da Espanha...

Rocha Peixoto, neste opúsculo ou testamento do seu Grupo, confessou que se ia acabando a tarefa dos moços: uns, de carreira semiacabada; outros, para o Brasil, para a Índia; mortos, alguns. Só restavam Presidente e Secretário, Júlio de Matos e Rocha Peixoto:

> — «foi então que, angustiadamente, nos dispersámos».

Datam estas páginas de 1898. E o ilustre poveiro assina-as:

> *Rocha Peixoto, ex-Secretário geral.*

Que maguada diferença entre o desalento deste *adeus* e as alegres premissas e primícias de dez anos antes, quando comunicava Rocha Peixoto ao já notável Martins Sarmento, em 24 de Outubro de 1888, a saída dos prelos do segundo estudozinho da recém-nascida *Sociedade Carlos Ribeiro* e a promessa da revista que, de facto, viria a publicar-se em breve!

Depois de aludir à questão que abordámos sobre o Museu Municipal, o desejo de organizar o «primeiro museu regional do país», o planeamento de reformas do ensino primário, secundário e superior, com instituição dum Congresso de Instrução Pública, laboratório de Antropologia e Arqueologia, lamenta o confinado número de sócios ou membros da Sociedade e os esforços, que apontou a Sarmento,

> «para conseguir um furo no intelecto espesso dos que nos cercam» (1).

Sarmento aderiu à sua causa, o que agradece em carta de fins de 1888, onde se refere à próxima saída da almejada *Revista*

(1) *Correspondência entre Martins Sarmento e Rocha Peixoto*. «Revista de Guimarães», N.º 1-2, 1943, Guimarães.

E aí volta a aspereza com que julgava o meio humano circundante, já habitual:

> «Quando se azorraga esta indiferença e morbidez da pobre gente, vêem em nós apenas o amigo do estrangeiro e o demolidor desta pseudo-nacionalidade. Não compreendem o nosso protesto; ainda fazem mais: não nos lêem».

E clama, com seu fervor de verdadeiro Português:

> «e todavia são os primeiros a votar o máximo desdem ao que é nosso e adoptam o que vem de fora».

É claro e preciso, traumatizante:

> «Dúbios e indecisos, ignorantes e cretinos, vamos nós, com a nossa boa vontade, dando o último alento, *dum paiz que se desnacionaliza por todas as formas e feitios* e abandonemo-los à sua pacífica e natural obtusidade» (pág. 8).

A mesmíssima nota que Eça punha a vibrar agudamente na voz do estudante Castanheiro coimbrão, na *Ilustre Casa de Ramires*...

E pede perdão a Sarmento

> «desta abundância de extrabilis movida, de resto, pela melancólica certeza da ingratidão e desprezo pátrios...».

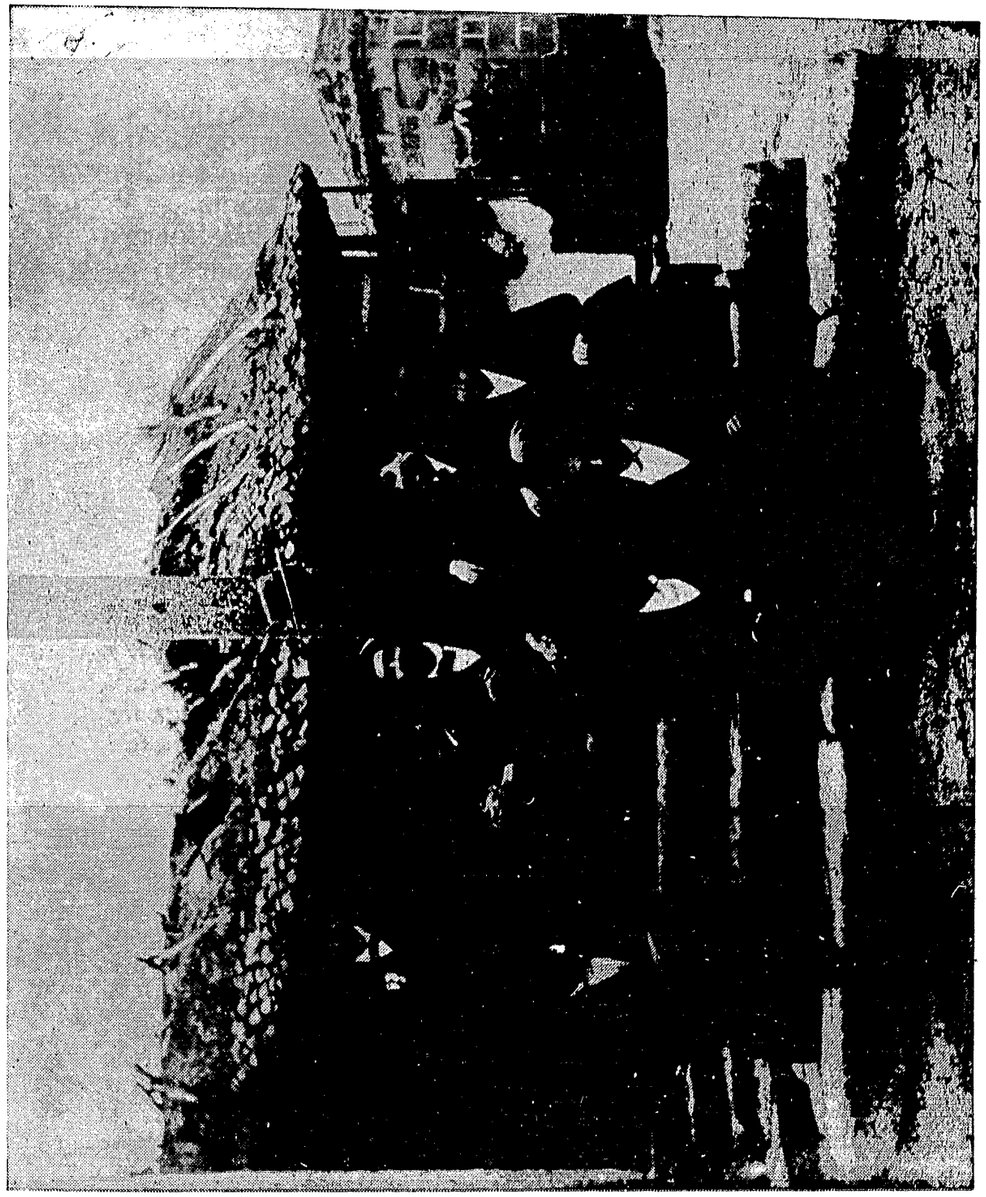
Lemos já, em escritos vários de muitos que haveriam de galgar altos e simples degraus da cena social portuguesa, tais Ricardo Jorge, Alfredo Magalhães ou Júlio de Matos, análogas e mal conhecidas extravasões dessa mesma acrimónia incontida.

Ontem, como hoje. Como sempre!

É ponto de parar-se neste deslisar do carroção do Passado pela longa estrada, íngreme e dura, da Cultura portuguesa.

*

Contemplámos, assim brevemente, aquele panorama portuense cultural da época em que decorria a juventude de Rocha Peixoto, isto é, de entre 1880 a 1897, correspondente à sua idade entre os 14 e os 21, sendo neste de 1897 que com outros funda a Sociedade Carlos Ribeiro.



O grupo da *Portugalia* em Castro Laboreiro (1902).

Nos últimos degraus vêem-se, sentados, da esquerda para a direita: Rocha Peixoto, Ricardo Severo, Manuel Monteiro(?), Fonseca Cardoso e José Fortes. (Fotografia que pertenceu a Rocha Peixoto)

É incontestável que, de 1880 àquele ano, o clima portuense se animara fogosamente com o surgimento da *Sociedade de Instrução do Porto* e da sua revista em 1881, como se argumentou com os ajustados passos que expuzemos da sua história.

Foi principal alvo dessa agremiação o estudo e desenvolvimento das Ciências Naturais, nos seus diversos aspectos basilares, desde a Botânica e a Zoologia à Antropologia, sem descurar outros ramos da Ciência pura e aplicada, como a Química, a Medicina, etc.; outros de seus empenhos a Pedagogia, a Sociologia.

Estava reservado mais vivo labor nesses campos para Rocha Peixoto e companheiros, com Ricardo Severo, Adolfo Coelho e outros, que foram inexplicàvelmente alheios a outras matérias de investigação científica, da Psicologia à Filosofia, à História geral, à Literatura popular, à Demoiatria.

As Ciências Naturais, com o aparecimento da *Portugália*, em 1899, ficam relegadas para outros planos, se não postergadas, com novos intereses pelos ramos científicos da Etnografia, da Etnologia, da História arcaica, da Sociologia.

Rocha Peixoto não traira, contudo, os anseios naturalísticos que tanto o animaram, estimulado, possìvelmente, pelo exemplo da *Sociedade de Instrução do Porto*. Com a sua nova agremiação de 1887 o jovem cientista retoma o caminho daquela, que Newton e Gouveia Osório com tanto ardor haviam criado e sustentado, em anos de fecundo e variado labor. É estranho, porém, que se lhe não refiram estes novos obreiros de uma obra que, afinal, lhes era comum.

É curioso que muitos anos depois, embora existissem uma Faculdade de Ciências, Museus de História Natural universitários, cadeiras e laboratórios progressivos dessas matérias, também um grupo de estudantes (dos quais Arnaldo Roseira e Amílcar Mateus (1) são hoje Professores catedráticos daquela Faculdade) fundavam, em 1933, a *Associação da Filosofia Natural*, ainda existente, embora circunstâncias várias a tenham mantido numa modestíssima actividade. A sua revista ou boletim data de 1934.

Deve também vincar-se a existência da *Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*, criada e sustentada oficialmente com o intuito que aquelas velhas colectividades portuenses haviam anunciado e realizado.

Foi pernitente, oportuno, louvável e extraordinário o esforço de Rocha Peixoto em ampliar ou reanimar anteriores tentativas do meio cultural portuense na leira vasta das Ciências Naturais, com especial inclinação, mais tardia, para as matérias do foro etnológico

(1) Podemos apontar, entre outros nomes, os de Jorge Martins de Alte, naturalista do Instituto Botânico portuense e de D. Irene Leite da Costa, Directora do Instituto Amélia da Costa Ferreira, em Lisboa.

e etnográfico, prestando, assim, particularíssimo estímulo ao estudo integral da terra e da gente portuguesas, no mesmo ardente intento que Eça de Queirós evidenciava literàriamente nos seus romances.

Com todas estas tarefas, sugestões, propósitos, censuras, condenações, reformas, Rocha Peixoto prosseguiu, mais os do seu grupo, na revitalização cultural portuense, sob o signo de uma dignificação do Homem português pelo estudo de sua origem, de suas características, de suas potencialidades, de seu progresso e da sua civilização, com vista à honorificação da própria Nação a que pertence.

A sua empresa etnológica e etnográfica foi extremamente condicionada a esse dedicado e superior escopo: — Etnologia humanista e Humanismo nacional.

Há dias, em repasto de amigos admiradores do ilustre escritor Conde de Aurora e na resposta que o anfitreão lhes lera, disse o nobre literato estas palavras justas a respeito da revista de que Rocha Peixoto foi Secretário de Redacção:

> «Antes de Fernando Pessoa e de Sá Carneiro teve o Porto António Nobre. Como antes dos integralistas tivera os homens da «Portugália», (1) dos quais Homens um era Rocha Peixoto.

E rematamos esta nota com relembrar aquelas palavras de Eça de Queirós, publicadas no próprio ano da sua morte, em 1900, numa página do delicioso romance *A ilustre Casa de Ramires*, já atrás evocadas:

> «Portugal, menino, morre por falta de sentimento nacional! Nós estamos imundamente morrendo do mal de não ser Portugueses!» (pág. 14).

E quase a seguir punha o cuidado de refazer o Reino:

> «Como? Reatando a tradição, caramba!»

Estas belas, saudáveis palavras afeiçoam-se apertadamente ao sentido humanista de Rocha Peixoto: o Homem, a Tradição, a Nação, na Verdade, no Progresso, no Trabalho.

30 de Maio de 1966

(1) Seg. «O Debate», de 14 de Maio de 1966.